

No. 13141

—

**BRAZIL
and
BELGIUM**

Convention for the avoidance of double taxation and the regulation of certain other matters with respect to taxes on income (with final protocol). Signed at Brasília on 23 June 1972

*Authentic texts: Portuguese, French and Dutch.
Registered by Brazil on 5 March 1974.*

—

**BRÉSIL
et
BELGIQUE**

Convention en vue d'éviter les doubles impositions et de régler certaines autres questions en matière d'impôts sur le revenu (avec protocole final). Signée à Brasília le 23 juin 1972

*Textes authentiques : portugais, français et néerlandais.
Enregistrée par le Brésil le 5 mars 1974.*

[PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS]

CONVENÇÃO ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
E O REINO DA BÉLGICA PARA EVITAR A DUPLA TRIBU-
TAÇÃO E REGULAR OUTRAS QUESTÕES EM MATÉRIA DE
IMPOSTOS SÔBRE A RENDA

O Presidente da República Federativa do Brasil e Sua Majestade o Rei dos Belgas,

Desejosos de evitar a dupla tributação e de regular outras questões em matéria de impostos sôbre a renda, decidiram concluir uma Convenção e nomearam para essa finalidade seus Plenipotenciários, a saber:

O Presidente da República Federativa do Brasil:

O Senhor Mario Gibson Barboza, Ministro de Estado das Relações Exteriores;

Sua Majestade o Rei dos Belgas:

O Barão Paternotte de La Vaillée, Embaixador da Bélgica no Brasil,

Os quais, após haverem trocado seus Plenos Poderes, encontrados em boa e devida forma, convieram nas disposições seguintes:

Artigo 1. PESSOAS VISADAS

A presente Convenção se aplica às pessoas residentes de um ou de ambos os Estados Contratantes.

Artigo 2. IMPOSTOS VISADOS

1. Os impostos atuais aos quais se aplica a Convenção são:

a) No caso da Bélgica:

- o imposto de pessoas físicas;
- o imposto de sociedades;
- o imposto de pessoas jurídicas;
- o imposto de não-residentes,

incluindo os « précomptes » e os complementos de « précomptes », os décimos e centésimos adicionais a tais impostos e « précomptes », assim como a taxa comunal adicional ao imposto de pessoas físicas (doravante denominado « imposto belga »).

b) No caso do Brasil:

— o imposto federal sobre a renda e proventos de qualquer natureza, com exclusão das incidências sobre remessas excedentes e atividades de menor importância (doravante denominado « imposto brasileiro »).

2. A Convenção se aplicará também aos impostos futuros de natureza idêntica ou análoga que venham a crescer aos impostos atuais ou a substituí-los.

Artigo 3. DEFINIÇÕES GERAIS

1. Na presente Convenção:

a) O termo « Brasil », empregado num sentido geográfico, designa a República Federativa do Brasil;

b) O termo « Bélgica », empregado num sentido geográfico, designa o território do Reino da Bélgica, incluindo qualquer território fora da soberania nacional da Bélgica que é ou será designado, de acordo com a legislação belga sobre a plataforma continental e com o direito internacional, como território sobre o qual os direitos da Bélgica relativos ao solo e ao subsolo do mar e aos seus recursos naturais possam ser exercidos;

c) As expressões « um Estado Contratante » e « o outro Estado Contratante » designam, segundo o contexto, a Bélgica ou o Brasil;

d) O termo « pessoa » compreende uma pessoa física, uma sociedade ou qualquer outro grupo de pessoas;

e) O termo « sociedade » designa qualquer pessoa jurídica ou qualquer entidade que é considerada como pessoa jurídica para fins tributários;

f) As expressões « empresa de um Estado Contratante » e « empresa de outro Estado Contratante » designam respectivamente uma empresa explorada por um residente de um Estado Contratante e uma empresa explorada por um residente do outro Estado Contratante;

g) A expressão « autoridade competente » designa:

1) No Brasil: o Ministro da Fazenda, o Secretário da Receita Federal ou seus representantes autorizados;

2) Na Bélgica: a autoridade competente segundo a legislação belga.

2. Para aplicação da Convenção por um Estado Contratante, qualquer expressão não definida de outro modo terá, a não ser que o contexto exija interpretação diferente, o significado que lhe é atribuído pela legislação desse Estado Contratante relativa aos impostos que são objeto da Convenção.

Artigo 4. DOMICÍLIO FISCAL

1. Na presente Convenção, a expressão « residente de um Estado Contratante » designa qualquer pessoa que, em virtude da legislação desse Estado, está aí sujeita a imposto, em razão de seu domicílio, de sua residência, de sua sede de direção ou de qualquer outro critério de natureza análoga; designa também as sociedades de direito belga — que não sejam sociedades por ações — que optarem pela sujeição de seus lucros aos imposto de pessoas físicas.

2. Quando, de acordo com a disposição do parágrafo 1, uma pessoa física for considerada como residente de ambos os Estados Contratantes, a situação será resolvida de acordo com as seguintes regras:

- a) a referida pessoa será considerada como residente do Estado Contratante em que ela disponha de uma habitação permanente. Quando dispuser de uma habitação permanente em ambos os Estados Contratantes, será considerada como residente do Estado Contratante com o qual mantenha ligações pessoais e econômicas mais estreitas (centro de interesses vitais);
- b) se o Estado Contratante em que essa pessoa tem o centro de seus interesses vitais não puder ser determinado, ou se não dispuser de uma habitação permanente em nenhum dos Estados Contratantes, será considerada como residente do Estado Contratante em que permanecer habitualmente;
- c) se permanecer habitualmente em ambos os Estados Contratantes ou se não permanecer habitualmente em nenhum deles, será considerada como residente do Estado Contratante de que for nacional;
- d) se for nacional de ambos os Estados Contratantes ou se não for nacional de nenhum deles, as autoridades competentes dos Estados Contratantes resolverão a questão de comum acordo.

3. Quando, de acordo com as disposições do parágrafo 1, uma pessoa que não seja uma pessoa física for considerada residente de ambos os Estados Contratantes, será considerada residente do Estado Contratante em que estiver situada a sua sede de direção efetiva.

Artigo 5. ESTABELECIMENTO PERMANENTE

1. Na presente Convenção, a expressão « estabelecimento permanente » designa uma instalação fixa de negócios em que a empresa exerça toda ou parte de sua atividade.

2. A expressão « estabelecimento permanente » compreende especialmente:

- a) uma sede de direção;
- b) uma sucursal;
- c) um escritório;
- d) uma fábrica;
- e) uma oficina;
- f) uma mina, uma pedreira ou qualquer outro local de extração de recursos naturais;
- g) um canteiro de construção ou de montagem cuja duração exceda seis meses.

3. Um estabelecimento não será considerado permanente se:

- a) as instalações forem utilizadas unicamente para fins de armazenagem, exposição ou entrega de mercadorias pertencentes à empresa;
- b) as mercadorias pertencentes à empresa forem armazenadas unicamente para fins de depósito, exposição ou entrega;
- c) as mercadorias pertencentes à empresa forem armazenadas unicamente para fins de transformação por uma outra empresa;
- d) uma instalação fixa de negócios for utilizada unicamente para fins de comprar mercadorias ou de reunir informações para a empresa;

e) uma instalação fixa de negócios for utilizada pela empresa unicamente para fins de publicidade, de fornecimento de informações, de pesquisas científicas ou de atividades análogas que tenham um caráter preparatório ou auxiliar.

4. Uma pessoa que atuar num Estado Contratante por conta de uma empresa do outro Estado Contratante — desde que não seja um agente que goze de um *status* independente, indicado no parágrafo 5 — será considerada como « estabelecimento permanente » no primeiro Estado se tiver, e habitualmente exercer, nesse Estado, poderes para concluir contratos em nome da empresa, a não ser que a atividade dessa pessoa seja limitada à compra de mercadorias para a empresa.

Todavia, uma empresa de seguros de um Estado Contratante será considerada como tendo um estabelecimento permanente no outro Estado Contratante desde que, por intermédio de um representante não incluído entre as pessoas indicadas no parágrafo 5 abaixo, receba prêmios ou segure riscos no território do outro Estado.

5. Não se considerará que uma empresa de um Estado Contratante tem um estabelecimento permanente no outro Estado Contratante pelo simples fato de exercer sua atividade nesse Estado por intermédio de um corretor, de um comissário geral ou de qualquer outro agente que goze de um *status* independente, desde que essas pessoas atuem no âmbito normal de sua atividade.

6. O fato de uma sociedade residente de um Estado Contratante controlar ou ser controlada por uma sociedade residente do outro Estado Contratante ou que exerça sua atividade nesse outro Estado (quer seja através de um estabelecimento permanente, quer de outro modo) não será, por si só, suficiente para fazer de qualquer dessas sociedades estabelecimento permanente da outra.

Artigo 6. RENDIMENTOS DE BENS IMOBILIÁRIOS

1. Os rendimentos provenientes de bens imobiliários são tributáveis no Estado Contratante em que esses bens estiverem situados.

2. a) a expressão « bens imobiliários » é definida de acordo com o direito do Estado Contratante em que tais bens estiverem situados;

b) a expressão « bens imobiliários » compreende sempre os acessórios, o gado e o equipamento utilizado nas explorações agrícolas e florestais, os direitos a que se apliquem as disposições do direito privado relativas à propriedade imobiliária, o usufruto de bens imobiliários e os direitos e pagamentos variáveis ou fixos pela exploração ou concessão de exploração de jazidas minerais, fontes e outros recursos naturais; os navios, barcos e aeronaves não são considerados bens imobiliários.

3. O disposto no parágrafo 1 aplicar-se-á aos rendimentos provenientes da exploração direta, da locação ou arrendamento, assim como de qualquer outra forma de exploração de bens imobiliários.

4. O disposto nos parágrafos 1 e 3 aplicar-se-á igualmente aos rendimentos provenientes dos bens imobiliários de uma empresa e aos rendimentos dos bens imobiliários utilizados para o exercício de profissões liberais.

Artigo 7. LUCROS DAS EMPRESAS

1. Os lucros de uma empresa de um Estado Contratante só são tributáveis nesse Estado, a não ser que a empresa exerça sua atividade no outro Estado Contratante por meio de um estabelecimento permanente aí situado. Se a empresa exercer sua atividade desse modo, seus lucros poderão ser tributados no outro Estado, mas unicamente na medida em que forem atribuíveis a esse estabelecimento permanente.

2. Quando uma empresa de um Estado Contratante exercer sua atividade no outro Estado Contratante por meio de um estabelecimento permanente aí situado, serão atribuídos em cada Estado Contratante, a esse estabelecimento permanente, os lucros que o mesmo obteria se constituísse uma empresa distinta e separada que exercesse atividades idênticas ou similares em condições idênticas ou similares e transacionasse com absoluta independência com a empresa da qual é um estabelecimento permanente.

3. No cálculo dos lucros de um estabelecimento permanente será permitido deduzir as despesas feitas para a realização dos fins desse estabelecimento permanente, incluindo as despesas de direção e os gastos gerais de administração assim realizados.

4. Nenhum lucro será atribuído a um estabelecimento permanente pelo simples fato de esse estabelecimento permanente comprar mercadorias para a empresa.

5. Quando os lucros compreenderem elementos de rendimentos tratados separadamente em outros artigos da presente Convenção, as disposições desses outros artigos não serão afetadas pelas disposições deste artigo.

Artigo 8. NAVEGAÇÃO MARÍTIMA E AÉREA

1. Os lucros provenientes da exploração, no tráfego internacional, de navios ou aeronaves só são tributáveis no Estado Contratante em que estiver situada a sede da direção efetiva da empresa.

2. Se a sede da direção efetiva da empresa de navegação marítima se situar a bordo de um navio, esta sede será considerada situada no Estado Contratante em que se encontre o porto de registro desse navio ou, na ausência de porto de registro, no Estado Contratante em que residir a pessoa que explora o navio.

Artigo 9. EMPRESAS ASSOCIADAS

Quando:

- a) uma empresa de um Estado Contratante participar direta ou indiretamente da direção, controle ou capital de uma empresa do outro Estado Contratante, ou
- b) as mesmas pessoas participarem direta ou indiretamente da direção, controle ou capital de uma empresa de um Estado Contratante e de uma empresa do outro Estado Contratante,

e, em ambos os casos, as duas empresas estiverem ligadas, nas suas relações comerciais ou financeiras, por condições aceitas ou impostas, que difiram das que seriam estabelecidas entre empresas independentes, os lucros que, sem essas condições, teriam sido obtidos por uma das empresas, mas não o foram

por causa dessas condições, poderão ser incluídos nos lucros dessa empresa e tributados como tal.

Artigo 10. DIVIDENDOS

1. Os dividendos pagos por uma sociedade residente de um Estado Contratante a um residente do outro Estado Contratante são tributáveis nesse outro Estado.

2. Todavia, os dividendos podem ser tributados no Estado Contratante de que for residente a sociedade que paga os dividendos e em conformidade com a legislação desse Estado, mas o imposto assim estabelecido não poderá exceder 15% do montante bruto dos dividendos.

O disposto neste parágrafo não limitará a tributação da sociedade com referência aos lucros que deram origem aos dividendos pagos.

3. O termo « dividendos », usado neste artigo, designa os rendimentos provenientes de ações, ações ou direitos de fruição, ações de empresas mineradoras, partes de fundador ou outras partes beneficiárias, com exceção dos créditos, assim como os rendimentos de outras participações de capital assemelhados aos rendimentos de ações pela legislação fiscal do Estado de que é residente a sociedade que os distribui. Este termo designa igualmente os rendimentos — mesmo atribuídos sob a forma de juros — tributáveis a título de rendimentos de capitais investidos pelos associados nas sociedades que não forem sociedades por ações, residentes da Bélgica.

4. O disposto nos parágrafos 1 e 2 não se aplicará quando o beneficiário dos dividendos, residente de um Estado Contratante, tiver, no outro Estado Contratante de que for residente a sociedade que paga os dividendos, um estabelecimento permanente a que estiver efetivamente ligada a participação que dá origem aos dividendos. Neste caso, serão aplicáveis as disposições do art. 7.

5. Quando uma sociedade residente da Bélgica tiver um estabelecimento permanente no Brasil, esse estabelecimento permanente poderá aí estar sujeito a um imposto retido na fonte em conformidade com a legislação brasileira, mas esse imposto não poderá exceder 15% do montante do lucro do estabelecimento permanente, determinado depois do pagamento do imposto sobre as sociedades, referente a esses lucros.

6. As limitações do imposto previstas nos parágrafos 2 e 5 não se aplicarão aos dividendos e lucros que forem pagos ou transferidos antes de primeiro de janeiro de 1976.

Artigo 11. JUROS

1. Os juros provenientes de um Estado Contratante e pagos a um residente do outro Estado Contratante são tributáveis nesse outro Estado.

2. Todavia, esses juros podem ser tributados no Estado Contratante de que provêm e em conformidade com a legislação desse Estado, mas o imposto assim estabelecido não poderá exceder 15% do montante bruto dos juros.

3. Não obstante as disposições do parágrafo 2:

- a) os juros dos empréstimos e créditos concedidos pelo Governo de um Estado Contratante não serão tributados no Estado de que provêm os juros;
- b) o imposto não poderá exceder a 10% no que se refere aos juros dos empréstimos e créditos concedidos, por um período mínimo de 7 anos pelos estabelecimentos bancários com participação de um organismo público de financiamento especializado e ligados à venda de bens de equipamento ou ao estudo, à instalação ou ao fornecimento de complexos industriais ou científicos, assim como de obras públicas.

4. O termo « juros », usado neste artigo, designa os rendimentos de fundos públicos, de obrigações de empréstimos, acompanhadas ou não de garantias hipotecárias ou de uma cláusula de participação nos lucros, e de créditos de qualquer natureza, bem como outros rendimentos que, pela legislação tributária do Estado de que provenham, sejam assemelhados aos rendimentos de importâncias emprestadas.

Este termo não compreende os juros assemelhados a dividendos pelo artigo 10, parágrafo 3, segunda frase, da presente Convenção.

5. O disposto nos parágrafos 1 e 2 não se aplicará quando o beneficiário dos juros, residente de um Estado Contratante, tiver, no outro Estado Contratante de que provêm os juros, um estabelecimento permanente ao qual estiver efetivamente ligado o crédito que dá origem aos juros. Neste caso serão aplicadas as disposições do artigo 7.

6. A limitação estabelecida nos parágrafos 2 e 3 não se aplicará aos juros provenientes de um Estado Contratante e pagos a um estabelecimento permanente de uma empresa do outro Estado Contratante, situada em um terceiro Estado.

7. Os juros serão considerados como provenientes de um Estado Contratante quando o devedor for esse próprio Estado, uma sua subdivisão política, uma comunidade local ou um residente desse Estado. No entanto, quando o devedor dos juros, residente ou não de um Estado Contratante, tiver num Estado Contratante um estabelecimento permanente pelo qual haja sido contraída a obrigação que dá origem aos juros e a quem cabe o pagamento desses juros, tais juros serão considerados provenientes do Estado Contratante em que o estabelecimento permanente estiver situado.

8. Se, em consequência de relações especiais existentes entre o devedor e o credor, ou que um ou outro mantém com terceiros, o montante dos juros pagos, tendo em conta o crédito pelo qual são pagos, exceder àquele que seria acordado entre o devedor e o credor na ausência de tais relações, as disposições deste artigo serão aplicáveis apenas a este último montante. Nesse caso, a parte excedente dos pagamentos será tributável de acordo com a legislação de cada Estado Contratante e tendo em conta as outras disposições da presente Convenção.

Artigo 12. ROYALTIES

1. Os *royalties* provenientes de um Estado Contratante e pagos a um residente do outro Estado Contratante são tributáveis nesse outro Estado.

2. Todavia, esses *royalties* podem ser tributados no Estado Contratante de que provêm e em conformidade com a legislação desse Estado, mas o imposto assim estabelecido não poderá exceder a:

- a) 10% do montante bruto dos *royalties* pagos seja pelo uso ou pela concessão do uso de um direito de autor sobre uma obra literária, artística, ou científica, seja pelo uso ou pela concessão do uso de filmes cinematográficos, de filmes ou de fitas de televisão ou de radiodifusão produzidos por um residente de um dos Estados Contratantes;
- b) 25% do montante bruto dos *royalties* pagos pelo uso de uma marca de indústria ou de comércio;
- c) 15% nos demais casos.

3. O termo *royalties* usado neste artigo designa as remunerações de qualquer natureza pagas pelo uso ou pela concessão do uso de um direito de autor sobre uma obra literária, artística ou científica, inclusive os filmes cinematográficos e os filmes ou fitas de televisão ou de radiodifusão, de uma patente, de uma marca de indústria ou de comércio, de um desenho ou de um modelo, de um plano, de uma fórmula ou processo secretos, bem como pelo uso ou pela concessão do uso de um equipamento industrial, comercial ou científico e por informações relativas à experiência adquirida no setor industrial, comercial ou científico.

4. O disposto nos parágrafos 1 e 2 não se aplicará quando o beneficiário dos *royalties*, residente de um Estado Contratante, tiver, no outro Estado Contratante de que provêm os *royalties*, um estabelecimento permanente ao qual estão ligados efetivamente o direito ou o bem que deu origem aos *royalties*. Nesse caso, serão aplicáveis as disposições do artigo 7.

5. Os *royalties* serão considerados provenientes de um Estado Contratante quando o devedor for esse próprio Estado, uma sua subdivisão política, uma comunidade local ou um residente desse Estado. Todavia, quando o devedor dos *royalties*, seja ou não residente de um Estado Contratante, tiver, num Estado Contratante, um estabelecimento permanente com o qual haja sido contraída a obrigação de pagar os *royalties*, e caiba a esse estabelecimento permanente o pagamento desses *royalties*, serão eles considerados provenientes do Estado Contratante em que o estabelecimento permanente estiver situado.

6. Se, em conseqüência de relações especiais existentes entre o devedor e o credor, ou que um e outro mantêm com terceiros, o montante dos *royalties* pagos, tendo em conta a prestação pela qual são pagos, exceder àquele que seria acordado entre o devedor e o credor na ausência de tais relações, as disposições deste artigo serão aplicáveis apenas a este último montante. Nesse caso, a parte excedente dos pagamentos será tributável conforme a legislação de cada Estado Contratante e tendo em conta as outras disposições da presente Convenção.

Artigo 13. GANHOS DE CAPITAL

1. Os ganhos provenientes da alienação de bens imobiliários, conforme são definidos no parágrafo 2 do artigo 6, são tributáveis no Estado Contratante em que esses bens estiverem situados.

2. Os ganhos provenientes da alienação de bens mobiliários que façam parte do ativo de um estabelecimento permanente que uma empresa de um Es-

tado Contratante tenha no outro Estado Contratante, ou de bens mobiliários constitutivos de uma instalação fixa que um residente de um Estado Contratante tenha no outro Estado Contratante para o exercício de uma profissão liberal, incluindo os ganhos provenientes da alienação global desse estabelecimento permanente (só ou com o conjunto da empresa) ou dessa instalação fixa, são tributáveis nesse outro Estado. Todavia, os ganhos provenientes da alienação de navios ou aeronaves explorados no tráfego internacional e de bens mobiliários vinculados à exploração de tais navios ou aeronaves só são tributáveis no Estado Contratante em que estiver situada a sede de direção efetiva da empresa.

3. Os ganhos provenientes da alienação de quaisquer outros bens ou direitos diferentes dos mencionados nos parágrafos 1 e 2 são tributáveis em ambos os Estados Contratantes.

Artigo 14. PROFISSÕES INDEPENDENTES

1. Os rendimentos que um residente de um Estado Contratante obtém do exercício de uma profissão liberal ou de outras atividades independentes de caráter análogo só são tributáveis nesse Estado, a não ser que o pagamento dessas remunerações caiba a uma sociedade residente do outro Estado ou a um estabelecimento permanente aí situado. Nesse caso, esses rendimentos serão tributáveis nesse outro Estado.

2. A expressão « profissão liberal » abrange em especial as atividades independentes de caráter científico, técnico, literário, artístico, educativo ou pedagógico, bem como as atividades independentes de médicos, advogados, engenheiros, arquitetos, dentistas e contadores.

Artigo 15. PROPRIEDADES DEPENDENTES

1. Ressalvadas as disposições dos artigos 16, 18, 19, 20 e 21, os salários, ordenados e remunerações similares que um residente de um Estado Contratante receber em razão de um emprego assalariado só são tributáveis nesse Estado, a não ser que o emprego seja exercido no outro Estado Contratante. Se o emprego for aí exercido, as remunerações recebidas são tributáveis nesse outro Estado.

2. Não obstante o disposto no parágrafo 1, as remunerações que um residente de um Estado Contratante receber em função de um emprego assalariado exercido no outro Estado Contratante só são tributáveis no primeiro Estado se:

- a) o beneficiário permanecer no outro Estado durante um período ou períodos que não excedam, no total, 183 dias no curso do ano fiscal considerado;
- b) as remunerações forem pagas por um empregador ou em nome de um empregador que não seja residente do outro Estado; e
- c) o encargo das remunerações não couber a um estabelecimento permanente ou a uma instalação fixa que o empregador tiver no outro Estado.

3. Não obstante as disposições precedentes deste artigo, as remunerações relativas a um emprego assalariado exercido a bordo de um navio ou de uma aeronave em tráfego internacional serão tributáveis no Estado Contratante em que estiver situada a sede de direção efetiva da empresa.

Artigo 16. REMUNERAÇÕES DE DIREÇÃO

1. As remunerações de direção, os *jetons* de presença e outras remunerações similares que um residente de um Estado Contratante receber na qualidade de membros do conselho de administração ou fiscal ou de um órgão similar de uma sociedade por ações, residente do outro Estado Contratante, são tributáveis nesse outro Estado. O mesmo ocorrerá com as remunerações de um sócio comanditário de uma sociedade em comandita por ações residentes da Bélgica.

2. Todavia, as remunerações normais que as pessoas indicadas no parágrafo precedente receberem a outro título serão tributáveis, segundo o caso, nas condições previstas no artigo 14 ou no artigo 15, parágrafo 1, da presente Convenção.

Artigo 17. ARTISTAS E DESPORTISTAS

Não obstante as disposições dos artigos 14 e 15, os rendimentos obtidos pelos profissionais de espetáculos, tais como artistas de teatro, de cinema, de rádio ou de televisão e os músicos, bem como os desportistas, pelo exercício, nessa qualidade, de suas atividades pessoais são tributáveis no Estado Contratante em que essas atividades forem exercidas.

Artigo 18. PENSÕES

1. Ressalvadas as disposições do artigo 19, as pensões, rendas e outras remunerações similares, pagas a um residente de um Estado Contratante em razão de um emprego anterior, só são tributáveis nesse Estado.

2. O termo « rendas » empregado neste artigo designa uma quantia determinada paga periodicamente a prazo fixo, a título vitalício ou por período determinado ou determinável, em virtude de um compromisso de efetuar os pagamentos em contrapartida de uma prestação equivalente em dinheiro ou avaliável em dinheiro.

3. O termo « pensões » empregado neste artigo designa os pagamentos periódicos efetuados depois da aposentadoria em consequência de um emprego anterior ou a título de compensação por danos sofridos no exercício desse emprego anterior.

Artigo 19. REMUNERAÇÕES E PENSÕES PÚBLICAS

1. As remunerações, incluindo as pensões, pagas por um Estado Contratante ou por uma de suas subdivisões políticas ou coletividades locais, quer diretamente, quer através de fundos por eles constituídos, a uma pessoa física, em decorrência de serviços prestados a esse Estado ou a essa subdivisão política ou coletividade local, no exercício de funções públicas, só são tributáveis nesse Estado.

Essa disposição não se aplicará quando o beneficiário dos rendimentos possuir a nacionalidade do outro Estado Contratante sem possuir ao mesmo tempo a nacionalidade do primeiro Estado.

2. As disposições dos artigos 15, 16 e 18 serão aplicadas às remunerações ou pensões pagas em decorrência de serviços prestados no exercício de uma

atividade comercial ou industrial exercida por um dos Estados Contratantes ou por uma de suas subdivisões políticas ou coletividades locais.

Artigo 20. PROFESSORES

Uma pessoa física residente de um Estado Contratante no início de sua permanência no outro Estado Contratante e que, a convite do Governo do outro Estado Contratante, ou de uma universidade ou de um outro estabelecimento de ensino ou de pesquisas oficialmente reconhecido desse outro Estado, permanecer nesse último Estado, principalmente com o fim de ensinar ou de dedicar-se a trabalhos de pesquisa, ou com ambos os fins, será isenta de imposto nesse último Estado durante um período não superior a dois anos a contar da data de sua chegada ao referido Estado, no que diz respeito às remunerações relacionadas com suas atividades de ensino ou pesquisa.

Artigo 21. ESTUDANTES E ESTAGIÁRIOS

As importâncias que um estudante ou um estagiário, que for ou tiver sido anteriormente residente de um Estado Contratante e que permanecer no outro Estado Contratante com o único fim de aí prosseguir seus estudos ou sua formação, receber para cobrir as despesas de manutenção, estudos ou formação não são tributáveis nesse outro Estado, desde que provenham de fontes situadas fora desse outro Estado.

O mesmo se aplicará à remuneração que um estudante ou estagiário receber por um emprego exercido no Estado Contratante em que ele prossegue seus estudos ou sua formação, desde que a duração dessa atividade não ultrapasse três anos e que o montante anual dessa remuneração não ultrapasse 100.000 francos belgas ou seu equivalente em moeda brasileira.

Artigo 22. RENDIMENTOS NÃO EXPRESSAMENTE MENCIONADOS

Os rendimentos de um residente de um Estado Contratante não expressamente mencionados nos artigos precedentes da presente Convenção são tributáveis em ambos os Estados.

Artigo 23. REGRAS GERAIS DE TRIBUTAÇÃO

1. No caso do Brasil a dupla tributação será evitada da seguinte forma:

Quando um residente do Brasil receber rendimentos que, em conformidade com as disposições da presente Convenção, sejam tributáveis na Bélgica, o Brasil concederá, na aplicação de seu imposto, um crédito equivalente ao imposto pago na Bélgica.

Todavia, o montante desse crédito não poderá exceder à fração do imposto brasileiro correspondente à participação desse rendimento no total dos rendimentos tributáveis no Brasil.

2. No caso da Bélgica, a dupla tributação será evitada da seguinte forma:

I) Quando um residente da Bélgica receber rendimentos não indicados nos incisos II, III e IV deste parágrafo, que forem tributáveis no Brasil em conformidade com as disposições da presente Convenção, a Bélgica isentará esses ren-

dimentos de imposto, mas poderá, para calcular o montante de seus impostos sobre o restante dos rendimentos desse residente, aplicar a mesma taxa que aplicaria se esses rendimentos não tivessem sido isentos.

II) *a)* No que concerne aos dividendos tributáveis em conformidade com o artigo 10, parágrafo 2, e não indicados no inciso III abaixo, os juros tributáveis em conformidade com o artigo 11, parágrafo 2, *3b* ou 8, e os *royalties* tributáveis em conformidade com o artigo 12, parágrafos 2 ou 6, a Bélgica concederá, sobre o imposto belga devido pelo referido residente, uma dedução igual a 20% do montante bruto dos rendimentos acima mencionados que compuserem a base tributável em nome desse residente;

b) Na eventualidade de o Brasil reduzir a carga fiscal normal aplicável aos rendimentos acima mencionados atribuídos a não-residentes, a uma alíquota inferior a 14% do montante bruto de tais rendimentos, a Bélgica reduziria de 20 para 15% a alíquota dessa dedução. No caso de o Brasil eliminar a mencionada carga fiscal, a Bélgica limitará em 5% a alíquota da dedução;

c) Não obstante as disposições de sua legislação, a Bélgica concederá igualmente a dedução de 20% prevista na alínea *a* acima, em relação aos rendimentos acima mencionados que são tributáveis no Brasil em virtude da Convenção e das disposições gerais da legislação brasileira, quando eles aí estiverem temporariamente isentos de impostos pelas disposições legais especiais destinadas a favorecer os investimentos necessários ao desenvolvimento da economia do Brasil. As autoridades competentes dos Estados Contratantes determinarão de comum acordo os rendimentos que se beneficiarão desta disposição.

III) *a)* Quando uma sociedade residente da Bélgica tiver a propriedade de ações ou partes de uma sociedade por ações, residente do Brasil e sujeita nesse Estado ao imposto sobre o rendimento de sociedade, os dividendos que lhe forem atribuídos por esta última sociedade e que forem tributáveis no Brasil em conformidade com o artigo 10, parágrafo 2, ficarão isentos do imposto de sociedades na Bélgica, na medida em que essa isenção seria concedida se as duas sociedades fossem residentes da Bélgica; esta disposição não impede a cobrança sobre tais dividendos do *précompte* mobiliário exigível segundo a legislação belga;

b) Quando uma sociedade residente da Bélgica tiver tido durante todo o período do exercício social de uma sociedade por ações, residente do Brasil e sujeita ao imposto sobre a renda de sociedade nesse Estado, a propriedade exclusiva de ações ou partes desta última sociedade, ela ficará igualmente isenta do *précompte* mobiliário exigível em conformidade com a legislação belga sobre os dividendos de tais ações ou partes, com a condição de que faça o pedido por escrito até o término do prazo prescrito para a entrega de sua declaração anual; quando da redistribuição aos seus próprios acionistas desses dividendos isentos, estes não poderão ser deduzidos dos dividendos distribuídos passíveis do *précompte* mobiliário. Essa disposição não será aplicada quando a primeira sociedade tiver optado pela sujeição de seus lucros ao imposto de pessoas físicas.

Na eventualidade de as disposições da legislação belga que isentem do imposto de sociedades o montante líquido dos dividendos que uma sociedade residente da Bélgica receber de uma outra sociedade residente da Bélgica serem modificadas de maneira a limitar a isenção aos dividendos relativos à participação de uma importância determinada no capital da segunda sociedade, a

disposição, da alínea precedente aplicar-se-á somente aos dividendos atribuídos por sociedades residentes do Brasil e relativos a participações de mesma importância no capital das referidas sociedades.

Nesse caso, a dupla tributação dos dividendos que não se referem a tais participações será evitada como está indicado no inciso II.

IV) Os rendimentos que tiverem sido tributados no Brasil em conformidade com os artigos 13, parágrafo 3, ou 22 e que estejam compreendidos nos rendimentos passíveis do imposto belga ficarão sujeitos a esse imposto, em conformidade com as modalidades previstas pela legislação fiscal belga relativas aos rendimentos profissionais obtidos e tributados no exterior.

V) Quando, em conformidade com a legislação belga, perdas sofridas por uma empresa belga num estabelecimento permanente situado no Brasil forem efetivamente deduzidas dos lucros dessa empresa para sua tributação na Bélgica, a isenção prevista no inciso I não se aplicará na Bélgica aos lucros de outros exercícios tributáveis que sejam imputáveis a esse estabelecimento, na medida em que esses lucros tiverem também sido isentos de imposto no Brasil em razão de sua compensação com as referidas perdas.

Artigo 24. NÃO DISCRIMINAÇÃO

1. Os nacionais de um Estado Contratante não ficarão sujeitos no outro Estado Contratante a nenhuma tributação ou obrigação correspondente que seja diferente ou mais onerosa do que aquelas a que estiverem ou puderem estar sujeitos os nacionais desse outro Estado Contratante que se encontrem na mesma situação.

2. O termo « nacionais » designa:

- a) todas as pessoas físicas que possuam a nacionalidade de um Estado Contratante;
- b) todas as pessoas jurídicas, sociedades de pessoas e associações constituídas em conformidade com a legislação em vigor num Estado Contratante.

3. A tributação de um estabelecimento permanente que uma empresa de um Estado Contratante possuir no outro Estado Contratante não será menos favorável do que a das empresas desse outro Estado Contratante que exercerem a mesma atividade.

Esta disposição não poderá ser interpretada no sentido de obrigar um Estado Contratante a conceder às pessoas residentes do outro Estado Contratante as deduções pessoais, os abatimentos e reduções de impostos em função do estado civil ou encargos familiares concedidos aos seus próprios residentes.

4. Salvo nos casos de aplicação dos artigos 9 e 11, parágrafo 8, os juros pagos por uma empresa de um Estado Contratante a um residente do outro Estado Contratante serão dedutíveis, para a determinação dos lucros tributáveis dessa empresa, nas mesmas condições que seriam se tivessem sido pagos a um residente do primeiro Estado.

5. As empresas de um Estado Contratante, cujo capital pertencer ou for controlado, total ou parcialmente, direta ou indiretamente, por uma ou várias pessoas residentes do outro Estado Contratante, não ficarão sujeitas, no primeiro Estado Contratante, a nenhuma tributação, ou obrigação correspondente,

diversa ou mais onerosa do que aquela a que estiverem ou puderem estar sujeitas as outras empresas da mesma natureza desse primeiro Estado Contratante.

6. O termo « tributação » designa neste artigo os impostos de qualquer natureza ou denominação.

Artigo 25. PROCEDIMENTO AMIGÁVEL

1. Quando um residente de um Estado Contratante considerar que as medidas tomadas por um ou ambos os Estados Contratantes conduzem ou poderão conduzir, em relação a si, a uma tributação em desacordo com a presente Convenção, poderá, independentemente dos recursos previstos pela legislação nacional desses Estados, dirigir à autoridade competente do Estado Contratante, de que é residente, uma petição escrita e fundamentada de revisão dessa tributação. A petição deverá ser apresentada dentro do prazo de dois anos a contar da notificação ou da percepção na fonte da tributação em desacordo com a Convenção ou, se houver dupla tributação, da segunda tributação.

2. A autoridade competente referida no parágrafo 1, se a reclamação se lhe afigurar fundada e não estiver em condições de lhe dar uma solução satisfatória, esforçar-se-á por resolver a questão através de acordo amigável com a autoridade competente do outro Estado Contratante, a fim de evitar uma tributação em desacordo com a Convenção.

3. As autoridades competentes dos Estados Contratantes esforçar-se-ão, através de acordo amigável, por resolver as dificuldades ou dissipar as dúvidas a que possa dar lugar a aplicação da Convenção.

4. As autoridades competentes dos Estados Contratantes poderão comunicar-se diretamente a fim de chegarem a acordo na forma indicada nos parágrafos anteriores. Se, para facilitar a realização desse acordo, se tornarem necessários entendimentos verbais, esses entendimentos poderão ser efetuados no âmbito de uma Comissão de representantes das autoridades competentes dos Estados Contratantes.

5. As autoridades competentes dos Estados Contratantes entender-se-ão a respeito das medidas administrativas necessárias à execução das disposições da Convenção e, particularmente, a respeito das justificativas a serem fornecidas pelos residentes de cada Estado para beneficiar-se no outro Estado das isenções ou reduções de impostos previstas na presente Convenção.

Artigo 26. TROCA DE INFORMAÇÕES

1. As autoridades competentes dos Estados Contratantes trocarão entre si as informações necessárias para aplicar as disposições da presente Convenção e as das leis internas dos Estados Contratantes relativas aos impostos abrangidos pela Convenção, na medida em que a tributação nelas prevista for conforme a Convenção. Todas as informações deste modo trocadas serão consideradas secretas e só poderão ser comunicadas às pessoas ou autoridades encarregadas do lançamento ou cobrança dos impostos abrangidos pela presente Convenção.

2. As disposições do parágrafo 1 não poderão, em caso algum, ser interpretadas no sentido de impor a um dos Estados Contratantes a obrigação:

- a) de tomar medidas administrativas contrárias à sua legislação ou à sua prática administrativa ou às do outro Estado Contratante;
- b) de fornecer informações que não possam ser obtidas com base na sua própria legislação ou no âmbito de sua prática administrativa normal ou da do outro Estado Contratante;
- c) de transmitir informações reveladoras de um segredo comercial, industrial, profissional ou de um processo comercial ou informações cuja comunicação seria contrária à ordem pública.

Artigo 27. DIVERSOS

1. Sem prejuízo da aplicação do artigo 23, parágrafo 2, inciso III, *b*, as disposições da presente Convenção não limitarão as vantagens que a legislação de um Estado Contratante concede em matéria de impostos abrangidos no artigo 2.

2. Nenhuma disposição da presente Convenção poderá ter como efeito limitar a tributação de uma sociedade residente da Bélgica, em caso de recompra de suas próprias ações ou partes ou na ocasião da partilha de seu haver social.

3. As disposições da presente Convenção não restringirão os privilégios fiscais de que se beneficiem os membros de missões diplomáticas e de postos consulares em virtude de normas gerais do Direito Internacional ou de disposições de acordos específicos.

4. Para os fins da presente Convenção, os membros de uma missão diplomática ou de um posto consular de um Estado Contratante acreditados no outro Estado Contratante ou em um terceiro Estado, que tenham a nacionalidade do Estado acreditante, serão considerados residentes do referido Estado se estiverem submetidos nesse Estado às mesmas obrigações, em matéria de impostos sobre a renda, que os residentes desse Estado.

5. A Convenção não se aplica às organizações internacionais, a seus órgãos e funcionários, nem às pessoas que, membros de missões diplomáticas ou consulares de Estados terceiros, estejam presentes em um Estado Contratante e não sejam consideradas residentes de um dos Estados Contratantes no que diz respeito aos impostos sobre o rendimento.

6. Os Ministros da Fazenda dos Estados Contratantes ou seus representantes comunicar-se-ão diretamente para a aplicação da presente Convenção.

Artigo 28. ENTRADA EM VIGOR

1. A presente Convenção será ratificada e os instrumentos de ratificação serão trocados em Bruxelas, logo que possível.

2. A presente Convenção entrará em vigor no trigésimo dia a contar da data da troca dos instrumentos de ratificação e suas disposições se aplicarão pela primeira vez:

- a) aos impostos devidos por via de retenção na fonte cujo fato gerador ocorrer a partir de primeiro de janeiro do ano imediatamente posterior ao da troca dos instrumentos de ratificação;

- b) aos outros impostos estabelecidos sobre os rendimentos de exercícios fiscais que terminem depois de 31 de dezembro do ano da troca dos instrumentos de ratificação.

Artigo 29. DENÚNCIA

A presente Convenção permanecerá em vigor por tempo indeterminado. Todavia, cada Estado poderá, mediante um aviso prévio de seis meses, notificado por escrito e por via diplomática, denunciá-la para o fim de um ano civil, a partir do terceiro ano a contar da data de sua entrada em vigor.

Nesse caso, a Convenção aplicar-se-á pela última vez:

- a) no que diz respeito aos impostos cobrados por meio de retenção na fonte, aos impostos cujo fato gerador tenha ocorrido antes da expiração do ano civil no curso do qual a denúncia tenha sido notificada;
- b) no que concerne aos outros impostos, aos de exercícios fiscais encerrados antes de 31 de dezembro daquele ano.

EM TESTEMUNHO DO QUE, os Plenipotenciários dos dois Estados assinaram a presente Convenção e nela apuseram seus respectivos selos.

FEITO em Brasília, aos vinte e três dias do mês de junho de mil novecentos e setenta e dois, em dois exemplares, em língua portuguesa, em língua francesa e em língua neerlandesa, os três textos fazendo igualmente fê.

Pela República Federativa
do Brasil:

MARIO GIBSON BARBOZA

Pelo Reino da Bélgica:

PATERNOTTE DE LA VAILLÉE

PROTOCOLO FINAL

No momento de proceder à assinatura da Convenção Para Evitar a Dupla Tributação e Regular Outras Questões em Matéria de Impostos sobre a Renda, concluída hoje entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Bélgica, os Plenipotenciários abaixo-assinados convieram nas seguintes disposições, que formam parte integrante da Convenção.

1. *Ad/artigo 10, parágrafos 2 e 5*

Sem prejuízo da aplicação do artigo 10, parágrafos 2 e 5, quando uma sociedade residente de um Estado Contratante receber lucros ou rendimentos do outro Estado Contratante, este outro Estado não poderá cobrar nenhum imposto sobre os dividendos pagos por essa sociedade às pessoas que forem residentes deste outro Estado, nem cobrar nenhum imposto, a título da tributação dos lucros não distribuídos, sobre os lucros não distribuídos da sociedade, mesmo que os dividendos pagos ou lucros distribuídos consistam no todo ou em parte em lucros ou em rendimentos provenientes desse outro Estado.

2. *Ad/artigo 13, parágrafo 3, e artigo 14, parágrafo 1*

Na eventualidade de, posteriormente à assinatura da presente Convenção, o Brasil concluir com um terceiro Estado não situado na América Latina uma Convenção que limite — com relação aos rendimentos mencionados no artigo 13, parágrafo 3 e artigo 14,

parágrafo 1 — o poder de tributação do outro Estado Contratante que não seja aquele em que for residente o beneficiário dos rendimentos, uma limitação idêntica seria automaticamente aplicada às relações entre o Brasil e a Bélgica.

3. Ad/artigo 24, parágrafo 4

Na eventualidade de, posteriormente à assinatura da Convenção, o Brasil admitir que os *royalties* pagos por uma sociedade residente do Brasil a uma sociedade residente de um terceiro Estado não situado na América Latina, que detenha uma participação de pelo menos 50% do capital da referida sociedade residente do Brasil, sejam deduzidos em virtude da determinação do lucro dessa sociedade tributável no Brasil, uma dedução idêntica seria automaticamente aplicada nas relações entre uma sociedade residente do Brasil e uma sociedade residente da Bélgica que se encontrem na mesma situação.

4. Ad/artigo 24

Estas disposições não impedirão a Bélgica:

- a) De tributar o residente do Brasil que disponha de uma habitação na Bélgica sobre um montante mínimo de rendimento igual a duas vezes o rendimento cadastral dessa habitação;
- b) De tributar globalmente os lucros atribuídos ao estabelecimento permanente de que dispõe na Bélgica uma sociedade residente do Brasil ou um grupamento de pessoas que tenham sua sede de direção efetiva nesse Estado, à taxa fixada pela legislação belga, com a condição de que essa taxa não exceda, no principal, a taxa máxima aplicável ao conjunto ou a uma fração dos lucros das sociedades residentes da Bélgica.

FEITO em Brasília, aos vinte e três dias do mês de junho de 1972, em dois exemplares, nas línguas portuguesa, francesa e neerlandesa, os três textos fazendo igualmente fé.

Pela República Federativa
do Brasil:

MARIO GIBSON BARBOZA

Pelo Reino da Bélgica:

PATERNOTTE DE LA VAILLÉE

CONVENTION¹ ENTRE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL ET LE ROYAUME DE BELGIQUE, EN VUE D'ÉVITER LES DOUBLES IMPOSITIONS ET DE RÉGLER CERTAINES AUTRES QUESTIONS EN MATIÈRE D'IMPÔTS SUR LE REVENU

Le Président de la République fédérative du Brésil et Sa Majesté le Roi des Belges,

Désireux d'éviter les doubles impositions et de régler certaines autres questions en matière d'impôts sur le revenu, ont décidé de conclure une convention et ont nommé à cet effet pour leurs plénipotentiaires, savoir :

Le Président de la République fédérative du Brésil :

Monsieur Mario Gibson Barboza, Ministre d'Etat des relations extérieures;
Sa Majesté le Roi des Belges :

Le Baron Paternotte de La Vaillée, Ambassadeur de Belgique au Brésil;

Lesquels, après avoir échangé leurs pleins pouvoirs, reconnus en bonne et due forme, sont convenus des dispositions suivantes :

Article 1. PERSONNES VISÉES

La présente Convention s'applique aux personnes qui sont des résidents d'un Etat contractant ou de chacun des deux Etats.

Article 2. IMPÔTS VISÉS

1. Les impôts actuels auxquels s'applique la Convention sont :

a) Pour la Belgique :

L'impôt des personnes physiques;
L'impôt des sociétés;
L'impôt des personnes morales;
L'impôt des non-résidents,

y compris les précomptes et les compléments de précomptes, les décimes et centimes additionnels auxdits impôts et précomptes ainsi que la taxe communale additionnelle à l'impôt des personnes physiques (ci-après dénommés « l'impôt belge »);

b) Pour le Brésil :

L'impôt fédéral sur le revenu et les profits de toute nature, à l'exclusion de l'impôt sur les transferts excédentaires et sur les activités de moindre importance (ci-après dénommé « l'impôt brésilien »).

2. La Convention s'appliquera aussi aux impôts futurs de nature identique ou analogue qui s'ajouteraient aux impôts actuels ou qui les remplaceraient.

¹ Entrée en vigueur le 13 juillet 1973, soit le trentième jour qui a suivi l'échange des instruments de ratification, qui a eu lieu à Bruxelles le 13 juin 1973, conformément à l'article 28.

Article 3. DÉFINITIONS GÉNÉRALES

1. Dans la présente Convention :

a) Le terme « Brésil », employé dans un sens géographique, désigne la République fédérative du Brésil;

b) Le terme « Belgique », employé dans un sens géographique, désigne le territoire du Royaume de Belgique; il inclut tout territoire en dehors de la souveraineté nationale de la Belgique qui est ou sera désigné, selon la législation belge sur le plateau continental et conformément au droit international, comme territoire sur lequel les droits de la Belgique à l'égard du sol et du sous-sol de la mer et de leurs ressources naturelles peuvent être exercés;

c) Les expressions « un Etat contractant » et « l'autre Etat contractant », désignent, suivant le contexte, le Brésil ou la Belgique;

d) Le terme « personne » comprend une personne physique, une société et tout autre groupement de personnes;

e) Le terme « société » désigne toute personne morale ou toute entité qui est considérée comme une personne morale aux fins d'imposition;

f) Les expressions « entreprise d'un Etat contractant » et « entreprise de l'autre Etat contractant » désignent respectivement une entreprise exploitée par un résident d'un Etat contractant et une entreprise exploitée par un résident de l'autre Etat contractant;

g) L'expression « autorité compétente » désigne :

- 1) Au Brésil : le Ministre des Finances, le Secrétaire de la Recette fédérale ou leurs représentants autorisés;
- 2) En Belgique : l'autorité compétente suivant la législation belge.

2. Pour l'application de la Convention par un Etat contractant, toute expression qui n'est pas autrement définie a le sens qui lui est attribué par la législation dudit Etat régissant les impôts faisant l'objet de la Convention, à moins que le contexte n'exige une interprétation différente.

Article 4. DOMICILE FISCAL

1. Au sens de la présente Convention, l'expression « résident d'un Etat contractant » désigne toute personne qui, en vertu de la législation dudit Etat, est assujettie à l'impôt dans cet Etat, en raison de son domicile, de sa résidence, de son siège de direction ou de tout autre critère de nature analogue; elle désigne aussi les sociétés de droit belge — autres que les sociétés par actions — qui ont opté pour l'assujettissement de leurs bénéficiaires à l'impôt des personnes physiques.

2. Lorsque, selon la disposition du paragraphe 1, une personne physique est considérée comme résident de chacun des Etats contractants, le cas est résolu d'après les règles suivantes :

a) Cette personne est considérée comme résident de l'Etat contractant où elle dispose d'un foyer d'habitation permanent. Lorsqu'elle dispose d'un foyer d'habitation permanent dans chacun des Etats contractants, elle est con-

sidérée comme résident de l'Etat contractant avec lequel ses liens personnels et économiques sont les plus étroits (centre des intérêts vitaux);

- b) Si l'Etat contractant où cette personne a le centre de ses intérêts vitaux ne peut pas être déterminé, ou si elle ne dispose d'un foyer d'habitation permanent dans aucun des Etats contractants, elle est considérée comme résident de l'Etat contractant où elle séjourne de façon habituelle;
- c) Si cette personne séjourne de façon habituelle dans chacun des Etats contractants ou si elle ne séjourne de façon habituelle dans aucun d'eux, elle est considérée comme résident de l'Etat contractant dont elle possède la nationalité;
- d) Si cette personne possède la nationalité de chacun des Etats contractants ou si elle ne possède la nationalité d'aucun d'eux, les autorités compétentes des Etats contractants tranchent la question d'un commun accord.

3. Lorsque, selon la disposition du paragraphe 1, une personne autre qu'une personne physique est considérée comme résident de chacun des Etats contractants, elle est réputée résident de l'Etat contractant où se trouve son siège de direction effective.

Article 5. ETABLISSEMENT STABLE

1. Au sens de la présente Convention, l'expression « établissement stable » désigne une installation fixe d'affaires où l'entreprise exerce toute ou partie de son activité.

2. L'expression « établissement stable » comprend notamment :

- a) Un siège de direction;
- b) Une succursale;
- c) Un bureau;
- d) Une usine;
- e) Un atelier;
- f) Une mine, une carrière ou tout autre lieu d'extraction de ressources naturelles;
- g) Un chantier de construction ou de montage dont la durée dépasse six mois.

3. On ne considère pas qu'il y a établissement stable si :

- a) Il est fait usage d'installations aux seules fins de stockage, d'exposition ou de livraison de marchandises appartenant à l'entreprise;
- b) Des marchandises appartenant à l'entreprise sont entreposées aux seules fins de stockage, d'exposition ou de livraison;
- c) Des marchandises appartenant à l'entreprise sont entreposées aux seules fins de transformation par une autre entreprise;
- d) Une installation fixe d'affaires est utilisée aux seules fins d'acheter des marchandises ou de réunir des informations pour l'entreprise;
- e) Une installation fixe d'affaires est utilisée, pour l'entreprise, aux seules fins de publicité, de fourniture d'informations, de recherches scientifiques ou d'activités analogues qui ont un caractère préparatoire, ou auxiliaire.

4. Une personne agissant dans un Etat contractant pour le compte d'une entreprise de l'autre Etat contractant — autre qu'un agent jouissant d'un statut indépendant visé au paragraphe 5 — est considérée comme « établissement stable » dans le premier Etat si elle dispose dans cet Etat de pouvoirs qu'elle y exerce habituellement lui permettant de conclure des contrats au nom de l'entreprise, à moins que l'activité de cette personne ne soit limitée à l'achat de marchandises pour l'entreprise.

Toutefois une entreprise d'assurances d'un Etat contractant est considérée comme ayant un établissement stable dans l'autre Etat contractant dès l'instant que, par l'intermédiaire d'un représentant n'entrant pas dans la catégorie des personnes visées au paragraphe 5 ci-après, elle perçoit des primes sur le territoire de ce dernier Etat ou assure des risques situés sur ce territoire.

5. On ne considère pas qu'une entreprise d'un Etat contractant a un établissement stable dans l'autre Etat contractant du seul fait qu'elle y exerce son activité par l'entremise d'un courtier, d'un commissionnaire général ou de tout autre intermédiaire jouissant d'un statut indépendant, à condition que ces personnes agissent dans le cadre ordinaire de leur activité.

6. Le fait qu'une société résidente d'un Etat contractant contrôle ou est contrôlée par une société qui est un résident de l'autre Etat contractant ou qui y exerce son activité (que ce soit par l'intermédiaire d'un établissement stable ou non) ne suffit pas, en lui-même, à faire de l'une quelconque de ces sociétés un établissement stable de l'autre.

Article 6. REVENUS IMMOBILIERS

1. Les revenus provenant de biens immobiliers sont imposables dans l'Etat contractant où ces biens sont situés.

2. a) L'expression « biens immobiliers » est définie conformément au droit de l'Etat contractant où les biens considérés sont situés;

b) Cette expression englobe en tous cas les accessoires, le cheptel mort ou vif des exploitations agricoles et forestières, les droits auxquels s'appliquent les dispositions du droit privé concernant la propriété foncière [l'u]sufruit des biens immobiliers et les droits à des redevances variables ou fixes pour l'exploitation ou la concession de l'exploitation de gisements minéraux, sources et autres ressources naturelles; les navires, bateaux et aéronefs ne sont pas considérés comme biens immobiliers.

3. Les dispositions du paragraphe 1 s'appliquent aux revenus provenant de l'exploitation directe, de la location ou de l'affermage, ainsi que de toute autre forme d'exploitation de biens immobiliers.

4. Les dispositions des paragraphes 1 et 3 s'appliquent également aux revenus provenant des biens immobiliers d'une entreprise ainsi qu'aux revenus des biens immobiliers servant à l'exercice d'une profession libérale.

Article 7. BÉNÉFICES DES ENTREPRISES

1. Les bénéfices d'une entreprise d'un Etat contractant ne sont imposables que dans cet Etat, à moins que l'entreprise n'exerce son activité dans l'autre Etat contractant par l'intermédiaire d'un établissement stable qui y est situé. Si

l'entreprise exerce son activité d'une telle façon, les bénéfices de l'entreprise sont imposables dans l'autre Etat mais uniquement dans la mesure où ils sont imputables audit établissement stable.

2. Lorsqu'une entreprise d'un Etat contractant exerce son activité dans l'autre Etat contractant par l'intermédiaire d'un établissement stable qui y est situé, il est imputé, dans chaque Etat contractant, à cet établissement stable les bénéfices qu'il aurait pu réaliser s'il avait constitué une entreprise distincte et séparée exerçant des activités identiques ou analogues dans des conditions identiques ou analogues et traitant en toute indépendance avec l'entreprise dont il constitue un établissement stable.

3. Dans le calcul des bénéfices d'un établissement stable, sont admises en déduction les dépenses exposées aux fins poursuivies par cet établissement stable, y compris les dépenses de direction et les frais généraux d'administration ainsi exposés.

4. Aucun bénéfice n'est imputé à un établissement stable du fait que cet établissement stable a simplement acheté des marchandises pour l'entreprise.

5. Lorsque les bénéfices comprennent des éléments de revenu traités séparément dans d'autres articles de la présente convention, les dispositions de ces articles ne sont pas affectées par les dispositions du présent article.

Article 8. NAVIGATION MARITIME ET AÉRIENNE

1. Les bénéfices provenant de l'exploitation, en trafic international, de navires ou d'aéronefs ne sont imposables que dans l'Etat contractant où le siège de la direction effective de l'entreprise est situé.

2. Si le siège de la direction effective d'une entreprise de navigation maritime est à bord d'un navire, ce siège sera réputé situé dans l'Etat contractant où se trouve le port d'attache de ce navire ou, à défaut de port d'attache, dans l'Etat contractant dont l'exploitant du navire est un résident.

Article 9. ENTREPRISES ASSOCIÉES

Lorsque :

- a) Une entreprise d'un Etat contractant participe directement ou indirectement à la direction, au contrôle ou au capital d'une entreprise de l'autre Etat contractant, ou que;
- b) Les mêmes personnes participent directement ou indirectement à la direction, au contrôle ou au capital d'une entreprise d'un Etat contractant et d'une entreprise de l'autre Etat contractant,

et que, dans l'un et l'autre cas, les deux entreprises sont, dans leurs relations commerciales ou financières, liées par des conditions acceptées ou imposées, qui diffèrent de celles qui seraient conclues entre des entreprises indépendantes, les bénéfices qui, sans ces conditions, auraient été obtenus par l'une des entreprises mais n'ont pu l'être en fait à cause de ces conditions, peuvent être inclus dans les bénéfices de cette entreprise et imposés en conséquence.

Article 10. DIVIDENDES

1. Les dividendes payés par une société résidente d'un Etat contractant à un résident de l'autre Etat contractant sont imposables dans cet autre Etat.

2. Toutefois, les dividendes peuvent être imposés dans l'Etat contractant dont la société qui paie les dividendes est un résident et selon la législation de cet Etat, mais l'impôt ainsi établi ne peut excéder 15 p. 100 du montant brut des dividendes.

Les dispositions du présent paragraphe ne limitent pas l'imposition de la société sur les bénéficiers qui servent au paiement des dividendes.

3. Le terme « dividendes » employé dans le présent article désigne les revenus provenant d'actions, actions ou bons de jouissance, parts de mine, parts de fondateurs ou autres parts bénéficiaires, à l'exception des créances, ainsi que les revenus d'autres parts sociales soumis au même régime que les revenus d'actions par la législation fiscale de l'Etat dont la société distributrice est un résident. Ce terme désigne également les revenus — même attribués sous la forme d'intérêts — imposables au titre de revenus de capitaux investis par les associés dans les sociétés autres que les sociétés par actions, résidentes de la Belgique.

4. Les dispositions des paragraphes 1 et 2 ne s'appliquent pas lorsque le bénéficiaire des dividendes, résident d'un Etat contractant, a, dans l'autre Etat contractant dont la société qui paie les dividendes est un résident, un établissement stable auquel se rattache effectivement la participation génératrice des dividendes. Dans ce cas, les dispositions de l'article 7 sont applicables.

5. Lorsqu'une société résidente de la Belgique a un établissement stable au Brésil, cet établissement peut y être assujéti à un impôt retenu à la source conformément à la législation brésilienne, mais cet impôt ne peut excéder 15 p. 100 du montant du bénéfice de l'établissement stable, déterminé après le paiement de l'impôt sur les sociétés afférent audit bénéfice.

6. Les limitations du taux de l'impôt prévues aux paragraphes 2 et 5 ne s'appliqueront pas aux dividendes et bénéficiers qui seront payés ou transférés avant le 1^{er} janvier 1976.

Article 11. INTÉRÊTS

1. Les intérêts provenant d'un Etat contractant et payés à un résident de l'autre Etat contractant sont imposables dans cet autre Etat.

2. Toutefois, ces intérêts peuvent être imposés dans l'Etat contractant d'où ils proviennent et selon la législation de cet Etat, mais l'impôt ainsi établi ne peut excéder 15 p. 100 du montant brut des intérêts.

3. Par dérogation aux dispositions du paragraphe 2 :

- a) Les intérêts des prêts et crédits consentis par le gouvernement d'un Etat contractant ne sont pas imposés dans l'Etat d'où proviennent les intérêts;
- b) Le taux de l'impôt ne peut excéder 10 p. 100 en ce qui concerne les intérêts des prêts et crédits consentis, pour une durée minimale de 7 ans, par des établissements bancaires avec la participation d'un organisme public de financement spécialisé et liés à la vente de biens d'équipement ou à l'étude, à l'installation ou à la fourniture d'ensembles industriels, ou scientifiques ainsi que d'ouvrages publics.

4. Le terme « intérêts » employé dans le présent article désigne les revenus des fonds publics, des obligations d'emprunts, assorties ou non de garanties hypothécaires ou d'une clause de participation aux bénéfices, et des créances de toute nature, ainsi que tous autres produits assimilés aux revenus de sommes prêtées par la législation fiscale de l'Etat d'où proviennent les revenus.

Ce terme ne comprend pas les intérêts assimilés à des dividendes par l'article 10, paragraphe 3, deuxième phrase, de la présente Convention.

5. Les dispositions des paragraphes 1 et 2 ne s'appliquent pas lorsque le bénéficiaire des intérêts, résident d'un Etat contractant, a, dans l'autre Etat contractant d'où proviennent les intérêts, un établissement stable auquel se rattache effectivement la créance génératrice des intérêts. Dans ce cas, les dispositions de l'article 7 sont applicables.

6. La limitation prévue aux paragraphes 2 et 3 ne s'applique pas aux intérêts provenant d'un Etat contractant et payés à un établissement stable d'une entreprise de l'autre Etat contractant qui est situé dans un Etat tiers.

7. Les intérêts sont considérés comme provenant d'un Etat contractant lorsque le débiteur est cet Etat lui-même, une subdivision politique, une collectivité locale ou un résident de cet Etat. Toutefois, lorsque le débiteur des intérêts, qu'il soit ou non résident d'un Etat contractant, a dans un Etat contractant un établissement stable pour lequel l'emprunt générateur des intérêts a été contracté et qui supporte la charge de ces intérêts, lesdits intérêts sont réputés provenir de l'Etat contractant où l'établissement stable est situé.

8. Si, par suite de relations spéciales existant entre le débiteur et le créancier ou que l'un et l'autre entretiennent avec des tierces personnes, le montant des intérêts payés, compte tenu de la créance pour laquelle ils sont versés, excède celui dont seraient convenus le débiteur et le créancier en l'absence de pareilles relations, les dispositions du présent article ne s'appliquent qu'à ce dernier montant. En ce cas, la partie excédentaire des paiements reste imposable conformément à la législation de chaque Etat contractant et compte tenu des autres dispositions de la présente Convention.

Article 12. REDEVANCES

1. Les redevances provenant d'un Etat contractant et payées à un résident de l'autre Etat contractant sont imposables dans cet autre Etat.

2. Toutefois, ces redevances peuvent être imposées dans l'Etat contractant dont elles proviennent et selon la législation de cet Etat, mais l'impôt ainsi établi ne peut excéder :

- a) 10 p. 100 du montant brut des redevances payées soit pour l'usage ou la concession de l'usage d'un droit d'auteur sur une œuvre littéraire, artistique ou scientifique, soit pour l'usage ou la concession de l'usage de films cinématographiques, de films ou de bandes de télévision ou de radiodiffusion produits par un résident de l'un des deux Etats contractants;
- b) 25 p. 100 du montant brut des redevances payées pour l'usage d'une marque de fabrique ou de commerce;
- c) 15 p. 100 dans les autres cas.

3. Le terme « redevances » employé dans le présent article désigne les rémunérations de toute nature payées pour l'usage ou la concession de l'usage d'un droit d'auteur sur une œuvre littéraire, artistique ou scientifique, y compris les films cinématographiques et les films ou bandes de télévision ou de radiodiffusion, d'un brevet, d'une marque de fabrique ou de commerce, d'un dessin ou d'un modèle, d'un plan, d'une formule ou d'un procédé secrets, ainsi que pour l'usage ou la concession de l'usage d'un équipement industriel, commercial ou scientifique et pour des informations ayant trait à une expérience acquise dans le domaine industriel, commercial ou scientifique.

4. Les dispositions des paragraphes 1 et 2 ne s'appliquent pas lorsque le bénéficiaire des redevances, résident d'un Etat contractant, a, dans l'autre Etat contractant d'où proviennent les redevances, un établissement stable auquel se rattache effectivement le droit ou le bien générateur des redevances. Dans ce cas, les dispositions de l'article 7 sont applicables.

5. Les redevances sont considérées comme provenant d'un Etat contractant lorsque le débiteur est cet Etat lui-même, une de ses subdivisions politiques, une collectivité locale ou un résident de cet Etat. Toutefois, lorsque le débiteur des redevances, qu'il soit ou non un résident d'un Etat contractant, a, dans un Etat contractant, un établissement stable pour lequel il a contracté l'obligation de payer les redevances et que cet établissement stable supporte la charge de ces redevances, lesdites redevances sont considérées comme provenant de l'Etat contractant où l'établissement stable est situé.

6. Si, par suite de relations spéciales existant entre le débiteur et le créancier ou que l'un et l'autre entretiennent avec des tierces personnes, le montant des redevances payées, compte tenu de la prestation pour laquelle elles sont versées, excède celui dont seraient convenus le débiteur et le créancier en l'absence de pareilles relations, les dispositions du présent article ne s'appliquent qu'à ce dernier montant. En ce cas, la partie excédentaire des paiements reste imposable conformément à la législation de chaque Etat contractant et compte tenu des autres dispositions de la présente Convention.

Article 13. GAINS EN CAPITAL

1. Les gains provenant de l'aliénation des biens immobiliers, tels qu'ils sont définis au paragraphe 2 de l'article 6, sont imposables dans l'Etat contractant où ces biens sont situés.

2. Les gains provenant de l'aliénation de biens mobiliers faisant partie de l'actif d'un établissement stable qu'une entreprise d'un Etat contractant a dans l'autre Etat contractant, ou de biens mobiliers constitutifs d'une base fixe dont un résident d'un Etat contractant dispose dans l'autre Etat contractant pour l'exercice d'une profession libérale, y compris de tels gains provenant de l'aliénation globale de cet établissement stable (seul ou avec l'ensemble de l'entreprise) ou de cette base fixe, sont imposables dans cet autre Etat. Toutefois, les gains provenant de l'aliénation de navires ou d'aéronefs exploités en trafic international et de biens mobiliers affectés à l'exploitation desdits navires ou aéronefs ne sont imposables que dans l'Etat contractant où le siège de la direction effective de l'entreprise est situé.

3. Les gains provenant de l'aliénation de tous biens ou droits autres que ceux qui sont mentionnés aux paragraphes 1 et 2 sont imposables dans les deux Etats contractants.

Article 14. PROFESSIONS INDÉPENDANTES

1. Les revenus qu'un résident d'un Etat contractant tire d'une profession libérale ou d'autres activités indépendantes de caractère analogue ne sont imposables que dans cet Etat, à moins que la charge de ces rémunérations ne soit supportée par une société résidente de l'autre Etat ou par un établissement stable y situé. Dans ce cas, ces revenus sont imposables dans cet autre Etat.

2. L'expression « profession libérale » comprend en particulier les activités indépendantes d'ordre scientifique, technique, littéraire, artistique, éducatif ou pédagogique, ainsi que les activités indépendantes des médecins, avocats, ingénieurs, architectes, dentistes et comptables.

Article 15. PROFESSIONS DÉPENDANTES

1. Sous réserve des dispositions des articles 16, 18, 19, 20 et 21 les salaires, traitements et autres rémunérations similaires qu'un résident d'un Etat contractant reçoit au titre d'un emploi salarié ne sont imposables que dans cet Etat, à moins que l'emploi ne soit exercé dans l'autre Etat contractant. Si l'emploi y est exercé, les rémunérations reçues à ce titre sont imposables dans cet autre Etat.

2. Nonobstant les dispositions du paragraphe 1, les rémunérations qu'un résident d'un Etat contractant reçoit au titre d'un emploi salarié exercé dans l'autre Etat contractant ne sont imposables que dans le premier Etat si :

- a) Le bénéficiaire séjourne dans l'autre Etat pendant une période ou des périodes n'excédant pas au total 183 jours au cours de l'année fiscale considérée;
- b) Les rémunérations sont payées par un employeur ou au nom d'un employeur qui n'est pas résident de l'autre Etat; et
- c) La charge des rémunérations n'est pas supportée par un établissement stable ou une base fixe que l'employeur a dans l'autre Etat.

3. Nonobstant les dispositions précédentes du présent article, les rémunérations au titre d'un emploi salarié exercé à bord d'un navire ou d'un aéronef en trafic international sont imposables dans l'Etat contractant où le siège de la direction effective de l'entreprise est situé.

Article 16. TANTIÈMES

1. Les tantièmes, jetons de présence et autres rétributions similaires qu'un résident d'un Etat contractant reçoit en sa qualité de membre du conseil d'administration ou de surveillance ou d'un organe analogue d'une société par actions, résidente de l'autre Etat contractant, sont imposables dans cet autre Etat. Il en est de même des rémunérations d'un associé commandité d'une société en commandite par actions résidente de la Belgique.

2. Toutefois, les rémunérations normales que les intéressés touchent en une autre qualité sont imposables, suivant le cas, dans les conditions prévues soit à l'article 14, soit à l'article 15, § 1, de la présente Convention.

Article 17. ARTISTES ET SPORTIFS

Nonobstant les dispositions des articles 14 et 15, les revenus que les professionnels du spectacle, tels les artistes de théâtre, de cinéma, de la radio ou de la télévision et les musiciens, ainsi que les sportifs, retirent de leurs activités personnelles en cette qualité sont imposables dans l'Etat contractant où ces activités sont exercées.

Article 18. PENSIONS

1. Sous réserve des dispositions de l'article 19, les pensions, rentes et autres rémunérations similaires, versées à un résident d'un Etat contractant au titre d'un emploi antérieur ne sont imposables que dans cet Etat.

2. Le terme « rentes » employé dans le présent article désigne une somme déterminée payée périodiquement, à échéance fixe, à titre viager ou pendant une période déterminée ou déterminable, en vertu d'un engagement d'effectuer les paiements en contrepartie d'une prestation équivalente en argent ou évaluable en argent.

3. Le terme « pensions » employé dans le présent article désigne les paiements périodiques effectués après la retraite en considération d'un emploi antérieur ou à titre de compensation de dommages subis dans le cadre de cet emploi antérieur.

Article 19. RÉMUNÉRATIONS ET PENSIONS PUBLIQUES

1. Les rémunérations, y compris les pensions, versées par un Etat contractant ou l'une de ses subdivisions politiques ou collectivités locales, soit directement soit par prélèvement sur des fonds qu'ils ont constitués, à une personne physique au titre de services rendus à cet Etat ou à cette subdivision politique ou collectivité locale, dans l'exercice de fonctions de caractère public, ne sont imposables que dans cet Etat.

Cette disposition ne s'applique pas lorsque le bénéficiaire de ces revenus possède la nationalité de l'autre Etat contractant sans posséder en même temps la nationalité du premier Etat.

2. Les dispositions des articles 15, 16 et 18 s'appliquent aux rémunérations ou pensions versées au titre de services rendus dans le cadre d'une activité commerciale ou industrielle exercée par l'un des Etats contractants ou l'une de ses subdivisions politiques ou collectivités locales.

Article 20. PROFESSEURS

Une personne physique qui est un résident d'un Etat contractant au début de son séjour dans l'autre Etat contractant et qui, sur l'invitation du gouvernement de l'autre Etat contractant, ou d'une université ou d'un autre établissement d'enseignement ou de recherche officiellement reconnu de cet

autre Etat, séjourne dans ce dernier Etat principalement dans le but d'enseigner ou de se livrer à des travaux de recherche, ou dans l'un et l'autre de ces buts, est exonérée d'impôts dans ce dernier Etat pendant une période n'excédant pas deux années à compter de la date de son arrivée dans ledit Etat à raison des rémunérations reçues au titre de ces activités d'enseignement ou de recherche.

Article 21. ETUDIANTS ET STAGIAIRES

Les sommes qu'un étudiant ou un stagiaire qui est, ou qui était auparavant, un résident d'un Etat contractant et qui séjourne dans l'autre Etat contractant à seule fin d'y poursuivre ses études ou sa formation, reçoit pour couvrir ses frais d'entretien, d'études ou de formation ne sont pas imposables dans cet autre Etat, à condition qu'elles proviennent de sources situées en dehors de cet autre Etat.

Il en est de même de la rémunération qu'un tel étudiant ou stagiaire reçoit au titre d'un emploi exercé dans l'Etat contractant où il poursuit ses études ou sa formation, à condition que la durée de cette activité ne dépasse pas trois années et que le montant annuel de cette rémunération ne dépasse pas 100.000 francs belges ou son équivalent en monnaie brésilienne.

Article 22. REVENUS NON EXPRESSÉMENT MENTIONNÉS

Les éléments du revenu d'un résident d'un Etat contractant qui ne sont pas expressément mentionnés dans les articles précédents de la présente Convention sont imposables dans les deux Etats.

Article 23. RÈGLES GÉNÉRALES D'IMPOSITION

1. En ce qui concerne le Brésil, la double imposition est évitée de la manière suivante :

Lorsqu'un résident du Brésil reçoit un revenu qui est imposable en Belgique conformément aux dispositions de la présente Convention, le Brésil accorde pour l'application de son impôt un crédit équivalent à l'impôt payé en Belgique.

Toutefois, le montant de ce crédit ne peut excéder la fraction de l'impôt brésilien calculée selon la proportion de ce revenu par rapport à l'ensemble des revenus imposables au Brésil.

2. En ce qui concerne la Belgique, la double imposition est évitée de la manière suivante :

I) Lorsqu'un résident de la Belgique reçoit des revenus non visés aux sous-paragraphes II, III et IV ci-après, qui sont imposables au Brésil conformément aux dispositions de la Convention, la Belgique exempte ces revenus de l'impôt, mais elle peut, pour calculer le montant de ses impôts sur le reste du revenu de ce résident, appliquer le même taux que si les revenus en question n'avaient pas été exemptés.

II) a) En ce qui concerne les dividendes imposables conformément à l'article 10, paragraphe 2, et non visés au sous-paragraphe III ci-après, les intérêts imposables conformément à l'article 11, paragraphes 2, 3 b ou 8 et les redevances imposables conformément à l'article 12, paragraphes 2 ou 6, la Belgique

accorde sur l'impôt belge dû par ledit résident une déduction égale à 20 p. 100 du montant brut des revenus susvisés qui est compris dans la base imposable au nom de ce résident.

b) Dans l'éventualité où le Brésil réduirait la charge fiscale normale applicable aux revenus susvisés attribués à des non-résidents, à un taux inférieur à 14 p. 100 du montant brut de ces revenus, la Belgique réduirait de 20 à 15 p. 100 le taux de cette déduction; dans le cas où le Brésil éliminerait ladite charge fiscale, la Belgique limiterait à 5 p. 100 le taux de cette déduction.

c) Par dérogation aux dispositions de sa législation, la Belgique accorde également la déduction de 20 p. 100 prévue à l'alinéa *a* à raison des revenus susvisés qui sont imposables au Brésil en vertu de la Convention et des dispositions générales de la législation brésilienne, lorsqu'ils y sont temporairement exemptés d'impôt par des dispositions légales particulières tendant à favoriser les investissements nécessaires au développement de l'économie du Brésil. Les autorités compétentes des Etats contractants déterminent d'un commun accord les revenus à admettre au bénéfice de cette disposition.

III) a) Lorsqu'une société résidente de la Belgique a la propriété d'actions ou parts d'une société par actions, résidente du Brésil et soumise dans cet Etat à l'impôt sur le revenu des sociétés, les dividendes qui lui sont attribués par cette dernière société et qui sont imposables au Brésil conformément à l'article 10, paragraphe 2, sont exemptés de l'impôt des sociétés en Belgique, dans la mesure où cette exemption serait accordée si les deux sociétés étaient résidentes de la Belgique; cette disposition n'exclut pas le prélèvement sur ces dividendes du précompte mobilier exigible suivant la législation belge.

b) Lorsqu'une société résidente de la Belgique a eu pendant toute la durée de l'exercice social d'une société par actions, résidente du Brésil et soumise à l'impôt sur le revenu des sociétés dans cet Etat, la propriété exclusive d'actions ou parts de cette dernière société, elle est également exemptée du précompte mobilier exigible suivant la législation belge sur les dividendes de ces actions ou parts, à la condition d'en faire la demande par écrit au plus tard dans le délai prescrit pour la remise de sa déclaration annuelle; lors de la redistribution à ses propres actionnaires de ces dividendes ainsi exemptés, ceux-ci ne peuvent être déduits des dividendes distribués passibles du précompte mobilier. Cette disposition n'est pas applicable lorsque la première société a opté pour l'assujettissement de ses bénéfices à l'impôt des personnes physiques.

Dans l'éventualité où les dispositions de la législation belge, exemptant de l'impôt des sociétés le montant net des dividendes qu'une société résidente de la Belgique reçoit d'une autre société résidente de la Belgique, seraient modifiées de manière à limiter l'exemption aux dividendes afférents à des participations d'une importance déterminée dans le capital de la seconde société, la disposition de l'alinéa précédent ne s'appliquera qu'aux dividendes attribués par des sociétés résidentes du Brésil et afférents à des participations de même importance dans le capital desdites sociétés.

Dans cette éventualité, la double imposition des dividendes ne se rapportant pas à de telles participations sera évitée comme il est indiqué au sous-paragraphe II.

IV) Les revenus qui ont été imposés au Brésil conformément aux articles 13, paragraphe 3, ou 22 et qui sont compris dans les revenus passibles de l'impôt belge sont soumis à cet impôt suivant les modalités prévues par la lé-

gislation fiscale belge en ce qui concerne les revenus professionnels réalisés et imposés à l'étranger.

V) Lorsque, conformément à la législation belge, des pertes subies par une entreprise belge dans un établissement stable situé au Brésil ont été effectivement déduites des bénéfices de cette entreprise pour son imposition en Belgique, l'exemption prévue sub 1° ne s'applique pas en Belgique aux bénéfices d'autres périodes imposables qui sont imputables à cet établissement, dans la mesure où ces bénéfices ont aussi été exemptés d'impôt au Brésil en raison de leur compensation avec lesdites pertes.

Article 24. NON-DISCRIMINATION

1. Les nationaux d'un Etat contractant ne sont soumis dans l'autre Etat contractant à aucune imposition ou obligation y relative qui est autre ou plus lourde que celle à laquelle sont ou pourront être assujettis les nationaux de cet autre Etat se trouvant dans la même situation.

2. Le terme « nationaux » désigne :

- a) Toutes les personnes physiques qui possèdent la nationalité d'un Etat contractant;
- b) Toutes les personnes morales, sociétés de personnes et associations constituées conformément à la législation en vigueur dans un Etat contractant.

3. L'imposition d'un établissement stable qu'une entreprise d'un Etat contractant a dans l'autre Etat contractant n'est pas établie dans cet autre Etat d'une façon moins favorable que l'imposition des entreprises de cet autre Etat qui exercent la même activité.

Cette disposition ne peut être interprétée comme obligeant un Etat contractant à accorder aux résidents de l'autre Etat contractant des déductions personnelles, abattements et réductions d'impôt en fonction de la situation ou des charges de famille qu'il accorde à ses propres résidents.

4. Sauf en cas d'application des articles 9 et 11, paragraphe 8, les intérêts payés par une entreprise d'un Etat contractant à un résident de l'autre Etat contractant sont déductibles, pour la détermination des bénéfices imposables de cette entreprise, dans les mêmes conditions que s'ils avaient été payés à un résident du premier Etat.

5. Les entreprises d'un Etat contractant, dont le capital est en totalité ou en partie, directement ou indirectement, détenu ou contrôlé par un ou plusieurs résidents de l'autre Etat contractant, ne sont soumises dans le premier Etat contractant à aucune imposition ou obligation y relative, qui est autre ou plus lourde que celle à laquelle sont ou pourront être assujetties les autres entreprises de même nature de ce premier Etat.

6. Le terme « imposition » désigne dans le présent article les impôts de toute nature ou dénomination.

Article 25. PROCÉDURE AMIABLE

1. Lorsqu'un résident d'un Etat contractant estime que les mesures prises par un Etat contractant ou par chacun des deux Etats entraînent ou entraîneront

pour lui une imposition non conforme à la présente Convention, il peut, sans préjudice des recours prévus par la législation nationale de ces Etats, adresser à l'autorité compétente de l'Etat contractant dont il est un résident, une demande écrite et motivée de révision de cette imposition. Pour être recevable, ladite demande doit être présentée dans un délai de deux ans à compter de la notification ou de la perception à la source de l'imposition non conforme à la Convention ou, s'il y a double imposition, de la seconde imposition.

2. L'autorité compétente visée au paragraphe 1 s'efforce, si la réclamation lui paraît fondée et si elle n'est pas elle-même en mesure d'apporter une solution satisfaisante, de régler la question par voie d'accord amiable avec l'autorité compétente de l'autre Etat contractant, en vue d'éviter une imposition non conforme à la Convention.

3. Les autorités compétentes des Etats contractants s'efforcent, par voie d'accord amiable, de résoudre les difficultés ou de dissiper les doutes auxquels peut donner lieu l'application de la Convention.

4. Les autorités compétentes des Etats contractants peuvent communiquer directement entre elles en vue de parvenir à un accord comme il est indiqué aux paragraphes précédents. Si des échanges de vues oraux semblent devoir faciliter cet accord, ces échanges de vues peuvent avoir lieu au sein d'une Commission composée de représentants des autorités compétentes des Etats contractants.

5. Les autorités compétentes des Etats contractants se concertent au sujet des mesures administratives nécessaires à l'exécution des dispositions de la Convention et notamment au sujet des justifications à fournir par les résidents de chaque Etat pour bénéficier dans l'autre Etat des exemptions ou réductions d'impôts prévues à cette Convention.

Article 26. ECHANGE DE RENSEIGNEMENTS

1. Les autorités compétentes des Etats contractants échangeront les renseignements nécessaires pour appliquer les dispositions de la présente Convention et celles des lois internes des Etats contractants relatives aux impôts visés par la Convention dans la mesure où l'imposition qu'elles prévoient est conforme à la Convention. Tout renseignement ainsi échangé sera tenu secret et ne pourra être communiqué qu'aux personnes ou autorités chargées de l'établissement ou du recouvrement des impôts visés par la présente Convention.

2. Les dispositions du paragraphe 1 ne peuvent en aucun cas être interprétées comme imposant à l'un des Etats contractants l'obligation :

- a) De prendre des dispositions administratives dérogeant à sa propre législation ou à sa pratique administrative ou à celles de l'autre Etat contractant;
- b) De fournir des renseignements qui ne pourraient être obtenus sur la base de sa propre législation ou dans le cadre de sa pratique administrative normale ou de celles de l'autre Etat contractant;
- c) De transmettre des renseignements qui révéleraient un secret commercial, industriel, professionnel ou un procédé commercial ou des renseignements dont la communication serait contraire à l'ordre public.

Article 27. DIVERS

1. Sans préjudice de l'application de l'article 23, paragraphe 2, 3.° *b*, les dispositions de la présente Convention ne limitent pas les avantages que la législation d'un Etat contractant accorde en matière d'impôts visés à l'article 2.

2. Aucune disposition de la présente Convention ne peut avoir pour effet de limiter l'imposition d'une société résidente de la Belgique en cas de rachat de ses propres actions ou parts ou à l'occasion du partage de son avoir social.

3. Les dispositions de la présente Convention ne portent pas atteinte aux privilèges fiscaux dont bénéficient les membres des missions diplomatiques et des postes consulaires en vertu soit des règles générales du droit des gens, soit des dispositions d'accords particuliers.

4. Aux fins de la présente Convention, les membres d'une mission diplomatique ou d'un poste consulaire d'un Etat contractant accrédités dans l'autre Etat contractant ou dans un Etat tiers, qui ont la nationalité de l'Etat accréditant, sont réputés être résidents dudit Etat s'ils y sont soumis aux mêmes obligations, en matière d'impôts sur le revenu, que les résidents de cet Etat.

5. La Convention ne s'applique pas aux organisations internationales, à leurs organes et fonctionnaires, ni aux personnes qui, membres de missions diplomatiques ou consulaires d'Etats tiers, sont présentes dans un Etat contractant et ne sont pas considérées comme résidentes de l'un ou l'autre Etat contractant au regard des impôts sur le revenu.

6. Les Ministres des Finances des Etats contractants ou leurs délégués communiquent directement entre eux pour l'application de la présente Convention.

Article 28. ENTRÉE EN VIGUEUR

1. La présente Convention sera ratifiée et les instruments de ratification seront échangés à Bruxelles, dès que possible.

2. Elle entrera en vigueur le trentième jour qui suivra l'échange des instruments de ratification et ses dispositions s'appliqueront pour la première fois :

- a) Aux impôts perçus par voie de retenue à la source dont le fait générateur se produit à partir du premier janvier de l'année qui suit immédiatement l'échange des instruments de ratification;
- b) Aux autres impôts établis sur des revenus de périodes imposables prenant fin à partir du 31 décembre de l'année de l'échange des instruments de ratification.

Article 29. DÉNONCIATION

La présente Convention restera indéfiniment en vigueur. Toutefois, chaque Etat pourra, moyennant un préavis de six mois notifié par écrit et par la voie diplomatique, la dénoncer pour la fin d'une année civile, à partir de la troisième année à compter de la date de son entrée en vigueur.

Dans ce cas, la Convention s'appliquera pour la dernière fois :

- a) En ce qui concerne les impôts perçus par voie de retenue à la source, aux impôts dont le fait générateur se produira avant l'expiration de l'année civile au cours de laquelle la dénonciation aura été notifiée;
- b) En ce qui concerne les autres impôts, pour l'imposition des revenus de périodes imposables prenant fin avant le 31 décembre de cette année.

EN FOI DE QUOI, les plénipotentiaires des deux Etats ont signé la présente Convention et y ont apposé leurs sceaux.

FAIT à Brasília, le vingt-trois juin 1972, en double exemplaire, en langue portugaise, en langue française et en langue néerlandaise, les trois textes faisant également foi.

Pour la République fédérative
du Brésil :

MARIO GIBSON BARBOZA

Pour le Royaume
de Belgique :

PATERNOTTE DE LA VAILLÉE

PROTOCOLE FINAL

Au moment de procéder à la signature de la Convention en vue d'éviter des doubles impositions et de régler certaines autres questions en matière d'impôts sur le revenu, conclue ce jour entre la République fédérative du Brésil et le Royaume de Belgique, les plénipotentiaires soussignés sont convenus des dispositions suivantes qui forment partie intégrante de cette convention.

1. *Ad'article 10, paragraphes 2 et 5*

Sans préjudice de l'application de l'article 10, paragraphes 2 et 5, lorsqu'une société résidente d'un Etat contractant reçoit des bénéfices ou des revenus de l'autre Etat contractant, cet autre Etat ne peut percevoir aucun impôt sur les dividendes payés par cette société aux personnes qui ne sont pas des résidents de cet autre Etat, ni prélever aucun impôt, au titre de l'imposition des bénéfices non distribués, sur les bénéfices non distribués de la société, même si les dividendes payés ou les bénéfices non distribués consistent en tout ou en partie en bénéfices ou revenus provenant de cet autre Etat.

2. *Ad'article 13, paragraphe 3, et article 14, paragraphe 1*

Dans l'éventualité où postérieurement à la signature de la présente Convention, le Brésil conclurait avec un Etat tiers non situé en Amérique latine une convention limitant — pour les revenus visés aux articles 13, paragraphes 3 et 14, paragraphe 1 — le pouvoir d'imposition de l'Etat contractant autre que celui dont le bénéficiaire des revenus est un résident, une limitation identique serait automatiquement appliquée dans les relations entre le Brésil et la Belgique.

3. *Ad'article 24, paragraphe 4*

Dans l'éventualité où, postérieurement à la signature de la Convention, le Brésil admettrait que les redevances payées par une société résidente du Brésil à une société résidente d'un Etat tiers non situé en Amérique latine, détenant une participation d'au moins 50 p. 100 du capital de ladite société résidente du Brésil soient déduites en vue de la détermination du bénéfice de cette société imposable au Brésil, une déduction identique serait automatiquement appliquée dans les relations entre une société résidente du Brésil et une société résidente de la Belgique se trouvant dans la même situation.

4. Ad/article 24

Cette disposition n'empêche pas la Belgique :

- a) D'imposer le résident du Brésil qui dispose d'une habitation en Belgique sur un montant minimal de revenu égal à deux fois le revenu cadastral de cette habitation;
- b) D'imposer globalement les bénéfices imputables à l'établissement stable dont dispose en Belgique une société résidente du Brésil ou un groupement de personnes ayant son siège de direction effective dans cet Etat, au taux fixé par la législation belge, à condition que ce taux n'excède pas, en principal, le taux maximal applicable à l'ensemble ou à une fraction des bénéfices des sociétés résidentes de la Belgique.

FAIT à Brasília, le vingt-trois juin 1972, en double exemplaire, en langue portugaise, en langue néerlandaise et en langue française, les trois textes faisant également foi.

Pour la République fédérative
du Brésil :

MARIO GIBSON BARBOZA

Pour le Royaume
de Belgique :

PATERNOTTE DE LA VAILLÉE

[DUTCH TEXT — TEXTE NÉERLANDAIS]

OVEREENKOMST TUSSEN DE FEDERATIEVE REPUBLIEK
BRAZILIE EN HET KONINKRIJK BELGIE TOT HET VERMIJ-
DEN VAN DUBBELE BELASTING EN TOT REGELING VAN
SOMMIGE ANDERE AANGELEGENHEDEN INZAKE BE-
LASTINGEN NAAR HET INKOMEN

De President van de Federatieve Republiek Brazilië en Zijne Majesteit de Koning der Belgen,

Wensende dubbele belasting te vermijden en sommige andere aangelegenheden inzake belastingen naar het inkomen te regelen, hebben besloten een Overeenkomst te sluiten en hebben te dien einde tot hun Gevolmachtigden benoemd, te weten:

De President van de Federatieve Republiek Brazilië:

De Heer Mario Gibson Barbosa, Minister van Buitenlandse Betrekkingen;
Zijne Majesteit de Koning der Belgen:

Baron Paternotte de La Vaillée, Ambassadeur van België in Brazilië,

Die, na hun in goede en behoorlijke vorm bevonden volmachten te hebben uitgewisseld, als volgt zijn overeengekomen:

*Artikel 1. PERSONEN OP WIE DE OVEREENKOMST
VAN TOEPASSING IS*

Deze Overeenkomst is van toepassing op personen die verblijfhouder zijn van een overeenkomstsluitende Staat of van beide overeenkomstsluitende Staten.

*Artikel 2. BELASTINGEN WAAROP DE OVEREENKOMST
VAN TOEPASSING IS*

1. De bestaande belastingen waarop de Overeenkomst van toepassing is, zijn:

a) Voor Brazilië:

De federale belasting op het inkomen en de baten van alle aard, met uitzondering van de belasting op bovenmatige winstuitdelingen en op werkzaamheden van gering belang: (hierna te noemen „Braziliaanse belasting”);

b) Voor België:

De personenbelasting;
De vennootschapsbelasting;
De rechtspersonenbelasting;
De belasting der niet-verblijfhouders;

het inbegrip van de voorheffingen en aanvullende voorheffingen, de opdecimen en opcentiemen op de hierboven vermelde belastingen en voorheffingen, al-

smede de aanvullende gemeentebelasting op de personenbelasting (hierna te noemen „Belgische belasting“).

2. De Overeenkomst zal ook van toepassing zijn op alle gelijke of in wezen gelijksoortige belastingen die in de toekomst naast of in de plaats van de bestaande belastingen worden geheven.

Artikel 3. ALGEMENE BEGRIPSBEPALINGEN

1. In deze Overeenkomst:

a) Betekent de uitdrukking „Brazilië“, in aardrijkskundig verband gebruikt, de Federatieve Republiek Brazilië;

b) Betekent de uitdrukking „België“, in aardrijkskundig verband gebruikt, het grondgebied van het Koninkrijk België; zij omvat elk grondgebied buiten de nationale soevereiniteit van België, dat volgens de Belgische wetgeving betreffende het continentaal plat en in overeenstemming met het internationaal recht is of zal worden aangeduid als een gebied waarin de rechten van België met betrekking tot de zeebodem en de ondergrond en de natuurlijke rijkdommen daarvan kunnen worden uitgeoefend;

c) Betekenen de uitdrukkingen „een overeenkomstsluitende Staat“ en „de andere overeenkomstsluitende Staat“ België of Brazilië, al naar het zinsverband vereist;

d) Omvat de uitdrukking „persoon“ elke natuurlijke persoon, elke vennootschap en elke andere vereniging van personen;

e) Betekent de uitdrukking „vennootschap“ elke rechtspersoon of elk lichaam dat voor de belastingheffing als een rechtspersoon wordt behandeld;

f) Betekenen de uitdrukkingen „onderneming van een overeenkomstsluitende Staat“ en „onderneming van de andere overeenkomstsluitende Staat“ onderscheidenlijk een onderneming gedreven door een verblijfhouder van een overeenkomstsluitende Staat en een onderneming gedreven door een verblijfhouder van de andere overeenkomstsluitende Staat;

g) Betekent de uitdrukking „bevoegde autoriteit“:

1. in Brazilië: de Minister van Financiën, de Secretaris van de Federale Ontvangsten of hun bevoegde vertegenwoordigers;

2. in België: de autoriteit die volgens de Belgische wet bevoegd is.

2. Voor de toepassing van de Overeenkomst door een overeenkomstsluitende Staat heeft, tenzij het zinsverband anders vereist, elke niet anders omschreven uitdrukking de betekenis welke die uitdrukking heeft volgens de wetten van die Staat met betrekking tot de belastingen die het onderwerp van de Overeenkomst uitmaken.

Artikel 4. FISCALE WOONPLAATS

1. Voor de toepassing van deze Overeenkomst de uitdrukking „verblijfhouder van een overeenkomstsluitende Staat“ iedere persoon die, ingevolge de wetten van die Staat, aldaar aan belasting is onderworpen op grond van zijn woonplaats, verblijf, plaats van leiding of enige andere soortgelijke omstan-

digheid; zij betekent ook elke vennootschap — niet zijnde een vennootschap op aandelen — naar Belgisch recht, die de aanslag van haar winsten in de personenbelasting heeft gekozen.

2. Indien een natuurlijke persoon ingevolge de bepaling van paragraaf I verblijfhouder van beide overeenkomstsluitende Staten is, gelden de volgende regels:

- a) hij wordt geacht verblijfhouder te zijn van de overeenkomstsluitende Staat waar hij een duurzaam tehuis tot zijn beschikking heeft. Indien hij in beide overeenkomstsluitende Staten een duurzaam tehuis tot zijn beschikking heeft, wordt hij geacht verblijfhouder te zijn van de overeenkomstsluitende Staat waarmee zijn persoonlijke en economische betrekkingen het nauwst zijn (middelpunt van de levensbelangen);
- b) indien niet kan worden bepaald in welke overeenkomstsluitende Staat hij het middelpunt van zijn levensbelangen heeft, of indien hij in geen van de overeenkomstsluitende Staten een duurzaam tehuis tot zijn beschikking heeft, wordt hij geacht verblijfhouder te zijn van de overeenkomstsluitende Staat waar hij gewoonlijk verblijft;
- c) indien hij in beide overeenkomstsluitende Staten of in geen van beide gewoonlijk verblijft, wordt hij geacht verblijfhouder te zijn van de overeenkomstsluitende Staat waarvan hij onderdaan is;

3. Indien een andere dan een natuurlijke persoon ingevolge de bepaling van paragraaf I verblijfhouder is van beide overeenkomstsluitende Staten, wordt hij geacht verblijfhouder te zijn van de overeenkomstsluitende Staat waar de plaats van zijn werkelijke leiding is gelegen.

Artikel 5. VASTE INRICHTING

1. Voor de toepassing van deze Overeenkomst betekent de uitdrukking „vaste inrichting“ een vaste bedrijfsinrichting waar in de onderneming haar werkzaamheden geheel of gedeeltelijk uitoefent.

2. De uitdrukking „vaste inrichting“ omvat in het bijzonder:

- a) een plaats waar leiding wordt gegeven;
- b) een filiaal;
- c) een kantoor;
- d) een fabriek;
- e) een werkplaats;
- f) een mijn, een steengroeve of enige andere plaats waar natuurlijke rijkdommen worden gewonnen;
- g) de plaats van uitvoering van een bouwwerk of van constructiewerkzaamheden waarvan de duur zes maanden overschrijdt.

3. Een vaste inrichting wordt niet aanwezig geacht in dien:

- a) gebruik wordt gemaakt van inrichtingen, uitsluitend voor de opslag, uitstalling of aflevering van aan de onderneming toebehorende goederen;

- b) een voorraad van aan de onderneming toebehorende goederen wordt aangehouden, uitsluitend voor de opslag, uitstalling of aflevering;
- c) een voorraad van aan de onderneming toebehorende goederen wordt aangehouden, uitsluitend voor de bewerking of verwerking door een andere onderneming;
- d) een vaste bedrijfsinrichting wordt aangehouden, uitsluitend om voor de onderneming goederen aan te kopen of inlichtingen in te winnen;
- e) een vaste bedrijfsinrichting wordt aangehouden, uitsluitend voor reclamedoeleinden, voor het geven van inlichtingen, voor wetenschappelijk onderzoek of voor soortgelijke werkzaamheden ten behoeve van de onderneming, die van voorbereidende aard zijn of het karakter van hulpwerkzaamheden hebben.

4. Een persoon — niet zijnde een onafhankelijke vertegenwoordiger in de zin van paragraaf 5 — die in een overeenkomstsluitende Staat voor een onderneming van de andere overeenkomstsluitende Staat werkzaam is, wordt als een in de eerstbedoelde Staat aanwezige vaste inrichting beschouwd, indien hij in die Staat een machtiging bezit om namens de onderneming overeenkomsten af te sluiten en dit recht alsdat gewoonlijk uitoefent, tenzij de werkzaamheden van die persoon beperkt blijven tot de aankoop van goederen voor de onderneming.

Een verzekeringsonderneming van een overeenkomstsluitende Staat wordt evenwel geacht in de andere overeenkomstsluitende Staat een vaste inrichting te hebben zodra zij op het grondgebied van de laatstgenoemde Staat premies int of op dat grondgebied gelegen risico's verzekert door bemiddeling van een vertegenwoordiger die niet behoort tot de in paragraaf 5 hierna bedoelde categorie van personen.

5. Een onderneming van een overeenkomstsluitende Staat wordt niet geacht een vaste inrichting in de andere overeenkomstsluitende Staat te bezitten op grond van de enkele omstandigheid dat zij alldar zaken doet door middel van een makelaar, een algemeen commissionair of enige andere onafhankelijke vertegenwoordiger, op voorwaarde dat deze personen in de normale uitoefening van hun bedrijf handelen.

6. De enkele omstandigheid dat een vennootschap die verblijfhouder is van een overeenkomstsluitende Staat een vennootschap beheerst of door een vennootschap wordt beheerst, die verblijfhouder is van de andere overeenkomstsluitende Staat of die in die andere Staat zaken doet (hetzij met behulp van een vaste inrichting hetzij op andere wijze), stempelt een van beide vennootschappen niet tot een vaste inrichting van de andere.

Artikel 6. ONROERENDE INKOMSTEN

1. Inkomsten uit onroerende goederen mogen worden belast in de overeenkomstsluitende Staat waar die goederen zijn gelegen.

2. a) De uitdrukking „onroerende goederen“ heeft de betekenis die daaraan wordt toegekend door het recht van de overeenkomstsluitende Staat waar de desbetreffende goederen zijn gelegen;

b) Deze uitdrukking omvat in ieder geval de goederen die bij de onroerende goederen behoren, levende en dode have van landbouw en bosbedrijven, rechten

waarop de bepalingen van het privaatrecht betreffende de grondeigendom van toepassing zijn, vruchtgebruik van onroerende goederen en rechten op veranderlijke of vaste vergoedingen ter zake van de exploitatie, of het recht tot exploitatie van minerale aardlagen, bronnen en andere bodemrijdommen; schepen en luchtvaartuigen worden niet als onroerende goederen beschouwd.

3. De bepaling van paragraaf 1 is van toepassing op inkomsten verkregen uit de rechtstreekse exploitatie, uit de verhuring of verpachting, of uit elke andere vorm van exploitatie van onroerende goederen.

4. De bepalingen van de paragrafen 1 en 3 zijn ook van toepassing op inkomsten uit onroerende goederen van een onderneming en op inkomsten uit onroerende goederen gebezigd voor de uitoefening van een vrij beroep.

Artikel 7. WINSTEN VAN ONDERNEMINGEN

1. Winsten van een onderneming van een overeenkomstsluitende Staat zijn slechts in die Staat belastbaar, tenzij de onderneming in de andere overeenkomstsluitende Staat haar bedrijf uitoefent met behulp van een aldaar gevestigde vaste inrichting. Indien de onderneming aldus haar bedrijf uitoefent, mogen de winsten van de onderneming in de andere Staat worden belast, maar slechts in zoverre als zij aan die vaste inrichting kunnen worden toegerekend.

2. Indien een onderneming van een overeenkomstsluitende Staat in de andere overeenkomstsluitende Staat haar bedrijf uitoefent met behulp van een aldaar gevestigde vaste inrichting, worden in elke overeenkomstsluitende Staat aan die vaste inrichting de winsten toegerekend die zij zou kunnen behalen indien zij een onafhankelijke en zelfstandige onderneming zou zijn, die dezelfde of soortgelijke werkzaamheden zou uitoefenen onder dezelfde of soortgelijke omstandigheden en die met de onderneming waarvan zij een vaste inrichting uitmaakt geheel onafhankelijk zou handelen.

3. Bij het bepalen van de winsten van een vaste inrichting worden in aftrek toegelaten kosten, daaronder begrepen kosten van leiding en algemene beheerskosten, die ten behoeve van de vaste inrichting zijn gemaakt.

4. Geen winsten worden aan een vaste inrichting toegerekend enkel op grond van aankoop door die vaste inrichting van goederen voor de onderneming.

5. Indien in de winsten inkomstenbestanddelen zijn begrepen die afzonderlijk in andere artikelen van deze Overeenkomst worden behandeld, worden de bepalingen van die artikelen niet aangetast door de bepalingen van dit artikel.

Artikel 8. ZEEVAART EN LUCHTVAART

1. Winsten uit de exploitatie van schepen of luchtvaartuigen in internationaal verkeer zijn slechts belastbaar in de overeenkomstsluitende Staat waar de plaats van de werkelijke leiding van de onderneming is gelegen.

2. Indien de plaats van de werkelijke leiding van een zeescheepvaartonderneming zich aan boord van een schip bevindt, wordt deze plaats geacht te zijn gelegen in de overeenkomstsluitende Staat waar het schip zijn thuishaven heeft, indien er geen thuishaven is, in de overeenkomstsluitende Staat waarvan de exploitant van het schip verblijfhouder is.

Artikel 9. ONDERLING AFHANKELIJKE ONDERNEMINGEN

Indien

- a) een onderneming van een overeenkomstsluitende Staat onmiddellijk of middellijk deelneemt aan de leiding van, aan het toezicht op, dat wel in het kapitaal van een onderneming van de andere overeenkomstsluitende Staat, of
- b) dezelfde personen onmiddellijk of middellijk deelnemen aan de leiding van, aan het toezicht op, dan wel in het kapitaal van een onderneming van een overeenkomstsluitende Staat en van een onderneming van de andere overeenkomstsluitende Staat,

en in het ene of in het andere geval tussen beide ondernemingen in hun handelsbetrekkingen of financiële betrekkingen, voorwaarden worden aanvaard of opgelegd die afwijken van die welke zouden worden overeengekomen tussen onafhankelijke ondernemingen, mogen winsten, welke een van de ondernemingen zonder deze voorwaarden zou hebben behaald maar ten gevolge van die voorwaarden niet heeft behaald, worden begrepen in de winsten van die onderneming en dienovereenkomstig worden belast.

Artikel 10. DIVIDENDEN

1. Dividenden betaald door een vennootschap die verblijfhouder is van een overeenkomstsluitende Staat aan een verblijfhouder van de andere overeenkomstsluitende Staat, zijn in die andere Staat belastbaar.

2. De dividenden mogen echter in de overeenkomstsluitende Staat waarvan de vennootschap die de dividenden betaalt verblijfhouder is, volgens de wetgeving van die Staat worden belast, maar de aldus geheven belasting mag niet hoger zijn dan 15 t.h. van het brutobedrag der dividenden.

De bepalingen van deze paragraaf laten onverlet de belastingheffing van de vennootschap ter zake van de winsten waaruit de dividenden worden betaald.

3. De uitdrukking „dividenden“, zoals gebezigd in dit artikel, betekent inkomsten uit aandelen, winstaandelen of winstbezijzen, mijnaandelen, oprichter-aandelen of andere rechten op een aandeel in de winst, met uitzondering van schuldvorderingen, alsmede inkomsten uit andere rechten in vennootschappen die, volgens de belastingwetgeving van de Staat waarvan de uitkerende vennootschap verblijfhouder is, op de zelfde wijze als inkomsten van aandelen worden belast. Deze uitdrukking omvat ook inkomsten — zelfs indien zij worden toegekend in de vorm van interest — die belastbaar zijn als inkomsten van belegde kapitalen van vennoten in andere vennootschappen dan op aandelen die verblijfhouder van België zijn.

4. De bepalingen van de paragrafen 1 en 2 zijn niet van toepassing indien de genietter van de dividende die verblijfhouder is van een overeenkomstsluitende Staat, in de andere overeenkomstsluitende Staat waarvan de vennootschap die de dividenden betaalt verblijfhouder is, een vaste inrichting heeft waarmee het aandelenbezit uit hoofde waarvan de dividenden worden betaald, wezenlijk is verbonden. In dat geval zijn de bepalingen van artikel 7 van toepassing.

5. Indien een vennootschap die verblijfhouder is van België, een vaste inrichting in Brazilië heeft, mag die vaste inrichting aldaar aan een bij de bron

ingehouden belasting overeenkomstig de Braziliaanse wet worden onderworpen, maar die belasting mag niet hoger zijn dan 15 t.h. van het bedrag van de winst van de vaste inrichting, bepaald na betaling van de vennootschapsbelasting op die winst.

6. De in de paragrafen 2 en 5 gestelde beperkingen van het belastingtarief zijn niet van toepassing op dividenden en winsten die worden betaald of overgemaakt vóór 1 januari 1976.

Artikel 11. INTEREST

1. Interest afkomstig uit de overeenkomstsluitende Staat en betaald aan een verblijfhouder van de andere overeenkomstsluitende Staat is in die andere Staat belastbaar.

2. Die interest mag echter in de overeenkomstsluitende Staat waaruit hij afkomstig is, volgens de wetgeving van die Staat worden belast, maar aldus geheven belasting mag niet hoger zijn dan 15 t.h. van het brutobedrag van de interest.

3. In afwijking van de bepalingen van paragraaf 2:

- a) wordt interest van leningen en kredieten die door de regering van overeenkomstsluitende Staat worden toegestaan, niet belast in de Staat waaruit de interest afkomstig is;
- b) mag het tarief van de belasting niet hoger zijn dan 10 t.h. met betrekking tot interest van leningen en kredieten die voor een minimumduur van 7 jaren door bankinstellingen met de deelneming van een in financiering gespecialiseerd overheidslichaam worden toegestaan en verbonden zijn aan de verkoop van bedrijfsmiddelen of aan de studie in verband met, of aan de vestiging of de levering van complexen voor nijverheid of wetenschap, alsmede van openbare werken.

4. De uitdrukking „interest“, zoals gebezigd in dit artikel, betekent inkomsten van overheidsfondsen, van obligaties, met of zonder hypothecaire waarborg of recht van deelneming in de winsten, en van schuldvorderingen van alle aard, alsmede alle andere opbrengstendie volgens de belastingswetgeving van de Staat waaruit de inkomsten afkomstig zijn, met inkomsten van geleende gelden worden gelijkgesteld.

Deze uitdrukking omvat niet interest die ingevolge artikel 10, paragraaf 3, tweede zin, van deze Overeenkomst met dividenden wordt gelijkgesteld.

5. De bepalingen van de paragrafen 1 en 2 zijn niet van toepassing, indien de genietter van de interest die verblijfhouder is van een overeenkomstsluitende Staat, in de andere overeenkomstsluitende Staat waaruit de interest afkomstig is, een vaste inrichting heeft waarmede de schuldvordering die de interest oplevert wezenlijk is verbonden. In dat geval zijn de bepalingen van artikel 7 van toepassing.

6. De in de paragrafen 2 en 3 gestelde beperking is niet van toepassing op interest die uit een overeenkomstsluitende Staat afkomstig is en aan een in een derde Staat gelegen vaste inrichting van een onderneming van de overeenkomstsluitende Staat wordt betaald.

7. Interest wordt geacht uit een overeenkomstsluitende Staat afkomstig te zijn, indien de schuldenaar die Staat zelf, een staatkunding onderdeel of een plaatselijke gemeenschap daarvan of een verblijfhouder van die Staat is. Indien evenwel de schuldenaar van de interest, ongeacht of hij verblijfhouder van een overeenkomstsluitende Staat is of niet, in een overeenkomstsluitende Staat een vaste inrichting heeft ten behoeve waarvan de lening die de interest voortbrengt werd aangegaan en die de last van de interest draagt, wordt die interest geacht afkomstig te zijn uit de overeenkomstsluitende Staat waar de vaste inrichting is gelegen.

8. Indien, ten gevolge van een bijzondere verhouding tussen de schuldenaar en de schuldeiser of tussen hen beiden en derden, het bedrag van de betaalde interest, gelet op de schuldvordering waarvoor hij gestort is, hoger is dan het bedrag dat zonder zulk een verhouding door de schuldenaar en de schuldeiser zou zijn overeengekomen, zijn de bepalingen van dit artikel slechts op het laatstbedoelde bedrag van toepassing. In dat geval mag het daarboven uitgaande deel van de betalingen worden belast volgens de wetgeving van elke overeenkomstsluitende Staat en met inachtneming van de andere bepalingen van deze Overeenkomst.

Artikel 12. ROYALTY'S

1. Royalty's afkomstig uit een overeenkomstsluitende Staat en betaald aan een verblijfhouder van de ander overeenkomstsluitende Staat zijn in die andere Staat belastbaar.

2. Die royalty's mogen echter in de overeenkomstsluitende Staat waaruit zij afkomstig zijn, volgens de wetgeving van die Staat worden belast, maar de aldus geheven belasting mag niet hoger zijn dan:

- a) 10 t.h. van het brutobedrag van royalty's die worden betaald of wel voor het gebruik of voor het recht van gebruik van een auteursrecht op een werk op het gebied van letterkunde, kunst of wetenschap, of wel voor het gebruik of voor het recht van gebruik van bioscoopfilms, van films of banden voor televisie of radiouitzendingen, die zijn voortgebracht door een verblijfhouder van een van beide overeenkomstsluitende Staten;
- b) 25 t.h. van het brutobedrag van royalty's die worden betaald voor het gebruik van een fabrieks-of handelsmerk;
- c) 15 t.h. in de andere gevallen

3. Het woord „royalty's“, zoals gebezigd in dit artikel, betekent betalingen van elke aard als vergoeding voor het gebruik van of voor het recht van gebruik van, een auteursrecht op een werk op het gebied van letterkunde, kunst of wetenschap, bioscoopfilms en films of banden voor televisie en radiouitzendingen daaronder begrepen, van een octrooi, van een fabrieks of handelsmerk, van een ontwerp of model, van een plan, van een geheim recept of werkwijze, dan wel voor het gebruik van, of voor het recht van gebruik van een nijverheids, en handelsuitrusting of wetenschappelijke uitrusting en voor inlichtingen omtrent ervaringen op het gebied van nijverheid, handel of wetenschap.

4. De bepalingen van de paragrafen 1 en 2 zijn niet van toepassing, indien de genietter van de royalty's die verblijfhouder is van een overeenkomstsluitende Staat, in de andere overeenkomstsluitende Staat waaruit de royalty's afkomstig

zijn, een vaste inrichting heeft waarmede het recht of het goed die de royalty's opleveren, wezenlijk zijn verbonden. In dat geval zijn de depalingen van artikel 7 van toepassing.

5. Royalty's worden geacht uit een overeenkomstsluitende Staat afkomstig te zijn als de schuldenaar die Staat zelf, een staatkundig onderdeel of een plaatselijke gemeenschap daarvan, of een verblijfhouder van die Staat is. Indien evenwel de schuldenaar van de royalty's, ongeacht of hij verblijfhouder van een overeenkomstsluitende Staat is of niet, in een overeenkomstsluitende Staat een vaste inrichting heeft ten behoeve waarvan hij de verplichting heeft aangegaan de royalty's te betalen, en de vaste inrichting de last van die royalty's draagt, worden die royalty's geacht afkomstig te zijn uit de overeenkomstsluitende Staat waar de vaste inrichting is gelegen.

6. Indien ten gevolge van een bijzondere verhouding tussen de schuldenaar en de genietter of tussen hen beiden en derden het bedrag van de royalty's, gelet op de prestatie waarvoor zij worden betaald, hoger is dan datgene dat zonder zulk een verhouding door de schuldenaar en de genietter zou zijn overeengekomen, zijn de bepalingen van dit artikel slechts op het laatstbedoelde bedrag van toepassing. In dat geval mag het daarboven uitgaande deel van de betalingen worden belast volgens de wetgeving van elke overeenkomstsluitende Staat en met inachtneming van de andere bepalingen van deze Overeenkomst.

Artikel 13. VERMOGENSWINSTEN

1. Winsten verkregen uit de vervreemding van onroerende goederen als omschreven in artikel 6, paragraaf 2, mogen worden belast in de overeenkomstsluitende Staat waar die goederen zijn gelegen.

2. Winsten verkregen uit de vervreemding van roerende goederen die deel uitmaken van de bedrijfsvermogen van een vaste inrichting die een onderneming van een overeenkomstsluitende Staat in de andere overeenkomstsluitende Staat heeft, of van roerende goederen die behoren tot een vaste basis die een verblijfhouder van een overeenkomstsluitende Staat in de andere overeenkomstsluitende Staat voor de uitoefening van een vrij beroep tot zijn beschikking heeft, daaronder begrepen winsten verkregen uit de globale vervreemding van de vaste inrichting (alleen of te zamen met de gehele onderneming) of van die vaste basis, mogen in die andere Staat worden belast. Winsten verkregen uit de vervreemding van schepen of luchtvaartuigen geëxploiteerd in internationaal verkeer en van roerende goederen die voor de exploitatie daarvan worden gebezigd, zijn evenwel slechts belastbaar in de overeenkomstsluitende Staat waar de plaats van de werkelijke leiding van de onderneming is gelegen.

3. Winsten verkregen uit de vervreemding van alle andere dan de in de paragrafen 1 en 2 vermelde goederen of rechten mogen in beide overeenkomstsluitende Staten worden belast.

Artikel 14. ZELFSTANDIGE BEROEPEN

1. Inkomsten verkregen door een verblijfhouder van een overeenkomstsluitende Staat uit de uitoefening van een vrij beroep of andere zelfstandige werkzaamheden van soortgelijke aard zijn slechts in die Staat belastbaar, tenzij de last van die vergoedingen wordt gedragen door een vennootschap die verblij-

fhouder is van de andere Staat, of door een aldaar gelegen vaste inrichting. In dat geval mogen de inkomsten in die andere Staat worden belast.

2. De uitdrukking „vrij beroep“ omvat in het bijzonder zelfstandige werkzaamheden op het gebied van wetenschap, techniek, letterkunde, kunst, opvoeding of onderwijs, alsmede de zelfstandige werkzaamheden van artsen, advocaten, ingenieurs, architecten, tandartsen en accountants.

Artikel 15. NIET-ZELFSTANDIGE BEROEPEN

1. Onder voorbehoud van de bepalingen van de artikelen 16, 18, 19, 20 en 21, zijn lonen, salarissen en andere, soortgelijke beloningen verkregen door een verblijfhouder van een overeenkomstsluitende Staat ter zake van een dienstbetrekking slechts in die Staat belastbaar, tenzij de dienstbetrekking in de andere overeenkomstsluitende Staat ter zake van een dienstbetrekking slechts in die Staat belastbaar, tenzij de dienstbetrekking in de ander overeenkomstsluitende Staat wordt uitgeoefend. Indien de dienstbetrekking aldaar wordt uitgeoefend, mogen de ter zake daarvan verkregen beloningen in die andere Staat worden belast.

2. Niettegenstaande de bepalingen van paragraaf 1 zijn beloningen verkregen door een verblijfhouder van een overeenkomstsluitende Staat ter zake van een in de andere overeenkomstsluitende Staat uitgeoefende dienstbetrekking slechts in de eerstbedoelde Staat belastbaar indien:

- a) de genietter in de andere Staat verblijft tijdens een tijdvak of tijdvakken welke gedurende het belastingjaar een totaal van 183 dagen niet te boven gaan;
- b) de beloningen worden betaald door of namens een werkgever die geen verblijfhouder van de andere Staat is; en
- c) de last van de beloningen niet wordt gedragen door een vaste inrichting of een vaste basis, die de werkgever in de andere Staat heeft.

3. Niettegenstaande de voorafgaande bepalingen van dit artikel mogen beloningen ter zake van een dienstbetrekking uitgeoefend aan boord van een schip of van een luchtvaartuig in internationaal verkeer worden belast in de overeenkomstsluitende Staat waar de plaats van de werkelijke leiding van de onderneming is gelegen.

Artikel 16. TANTIÈMES

1. Tantièmes, presentiegelden en andere, soortgelijke uitkeringen, door een verblijfhouder van een overeenkomstsluitende Staat verkregen in zijn hoedanigheid van lid van de raad van beheer of van toezicht of van een gelijkaardig orgaan van een vennootschap op aandelen die verblijfhouder is van de andere overeenkomstsluitende Staat, mogen in die andere Staat worden belast. Deze regeling is ook van toepassing op de beloningen van een gecommanditeerde vennoot in een vennootschap bij wijze van geldschieting op aandelen die verblijfhouder is van België.

2. Normale beloningen die de betrokkenen in een andere hoedanigheid verkrijgen zijn evenwel, naar het geval, overeenkomstig artikel 14 of overeenkomstig artikel 15, paragraaf 1, van deze Overeenkomst belastbaar.

Artikel 17. ARTIESTEN EN SPORTBEOEFENAARS

Niettegenstaande de bepalingen van de artikelen 14 en 15, mogen inkomsten die beroepsartiesten, zoals toneelspelers, film, radio of televisiartiesten en musici, alsmede sportbeoefenaars, als zodanig uit hun persoonlijke werkzaamheden verkrijgen, worden belast in de overeenkomstsluitende Staat waar die werkzaamheden worden verricht.

Artikel 18. PENSIOENEN

1. Onder voorbehoud van de bepalingen van artikel 19 zijn pensioenen, renten en andere, gelijksoortige beloningen, betaald aan een verblijfhouder van een overeenkomstsluitende Staat ter zake van een vroegere dienstbetrekking, slechts in die Staat belastbaar.

2. De uitdrukking „renten“, zoals gebezigd in dit artikel, betekent een bepaald bedrag dat periodiek op een vaste verval dag gedurende het leven of gedurende een bepaald of een te bepalen tijdvak wordt betaald, ingevolge een verbintenis tot het doen van betalingen, welke tegenover een gelijkwaardige prestatie in geld of geld waarde staan.

3. De uitdrukking „pensioenen“ zoals gebezigd in dit artikel, betekent periodieke betalingen gedaan na de oppensioenstelling ter zake van een vroegere dienstbetrekking of als vergoeding voor in het kader van deze vroegere dienstbetrekking bekomen letsel.

Artikel 19. OPENBARE BELONINGEN EN PENSIOENEN

1. Beloningen, daaronder begrepen pensioenen, door een overeenkomstsluitende Staat of door een staatkundig onderdeel of een plaatselijke gemeenschap daarvan, of wel rechtstreeks of wel uit door hen in het leven geroepen fondsen betaald aan een natuurlijke persoon ter zake van diensten bewezen aan die Staat of aan dat staatkundig onderdeel of plaatselijke gemeenschap daarvan, in de uitoefening van overheidsfuncties, zijn slechts in die Staat belastbaar.

Deze bepaling is niet van toepassing indien de genietter van die inkomsten onderdaan is van de andere overeenkomstsluitende Staat en niet tevens onderdaan is van de eerstbedoelde Staat.

2. De bepalingen van de artikelen 15, 16 en 18 zijn van toepassing op beloningen of pensioenen betaald ter zake van diensten verricht in verband met enig handels of nijverheidsbedrijf uitgeoefend door een van de overeenkomstsluitende Staten of door een staatkundig onderdeel of een plaatselijke gemeenschap daarvan.

Artikel 20. LERAREN

Een natuurlijke persoon die verblijfhouder van een overeenkomstsluitende Staat is bij het begin van zijn verblijf in de andere overeenkomstsluitende Staat en die op uitnodiging van de regering van de andere overeenkomstsluitende Staat of van de regering van de andere overeenkomstsluitende Staat of van een universiteit of een andere officieel erkende onderwijsinstelling of instelling voor onderzoek van die andere Staat, in de laatstbedoelde Staat hoofdzakelijk verblijft

om onderwijs te geven of onderzoek te verrichten, of voor beide doeleinden, wordt in deze laatsbedoelde Staat gedurende een tijdvak van ten hoogste twee jaren te rekenen vanaf de datum van zijn aankomst in die Staat vrijgesteld van belastingen ter zake van de beloningen die hij voor die werkzaamheden op het gebied van onderwijs of onderzoek verkrijgt.

Artikel 21. STUDENTEN, LEERLINGEN EN STAGIAIRS

Sommen ten behoeve van zijn onderhoud, onderwijs of opleiding ontvangen door een student, een leerling of een voor het bedrijfsleven opgeleid wordende persoon (stagiair) die verblijfhouder van een overeenkomstsluitende Staat is of vroeger was en uitsluitend voor zijn onderwijs of zijn opleiding in de andere overeenkomstsluitende Staat verblijft, zijn in die andere Staat niet belastbaar, op voorwaarde dat die sommen afkomstig zijn uit bronnen buiten die andere Staat.

Dezelfde regeling is mede van toepassing op beloningen die zulk een student, leerling of stagiair ontvangt ter zake van een dienstbetrekking die hij uitoefent in de overeenkomstsluitende Staat waar hij zijn studies of opleiding voortzet, op voorwaarde dat de duur van de werkzaamheden geen drie jaren te boven gaat en het jaarlijkse bedrag van die beloningen niet hoger is dan 100.000 Belgische franken of de tegenwaarde daarvan in Braziliaanse munt.

Artikel 22. NIET UITDRUKKELIK VERMELDE INKOMSTEN

Bestanddelen van het inkomen van een verblijfhouder van een overeenkomstsluitende Staat die niet uitdrukkelijk in de voorgaande artikelen van deze overeenkomst zijn vermeld, mogen in beiden Staten worden belast.

Artikel 23. ALGEMENE REGELEN VOOR DE BELASTINGHEFFING

1. In Brazilië wordt dubbele belasting op de volgende wijze vermeden:

1° Indien een verblijfhouder van België niet in 2°, 3° en 4° hierna bedoelde inkomsten ontvangt die volgens de bepalingen van de overeenkomst in Brazilië belastbaar zijn, stelt België deze inkomsten vrij van belasting, maar om het bedrag van zijn belasting over het overige inkomen van die verblijfhouder te berekenen mag België hetzelfde tarief toepassen alsof die inkomsten niet waren vrijgesteld.

2° a) Met betrekking tot dividenden die belastbaar zijn volgens artikel 10, paragraaf 2, en niet zijn bedoeld in 3° hierna, interest die belastbaar is volgens artikel 11, paragrafen 2, 3b of 8, en royalty's die belastbaar zijn volgens artikel 12, paragrafen 2 en 6, verleent België op de door die verblijfhouder verschuldigde Belgische belasting een vermindering die gelijk is aan 20 t.h. van het brutobedrag van de bovengenoemde inkomsten dat begrepen is in de op naam van die verblijfhouder belastbare grondslag.

b) Ingeval Brazilië de normale belastingdruk op bovengenoemde inkomsten die aan niet verblijfhouders worden toegekend, zou verminderen tot een tarief dat lager is dan 14 t.h. van het brutobedrag van die inkomsten, zou België het tarief van die vermindering van 20 tot 15 t.h. verlagen; ingeval Brazilië die belastingdruk zou opheffen, zou België het tarief van die vermindering tot 5 t.h. beperken.

In afwijking van de bepalingen van zijn wetgeving verleent België de in lid a) bedoelde vermindering van 20 t.h. ook uit hoofde van bovengenoemde inkomsten die in Brazilië belastbaar zijn op grond van de overeenkomst en van de algemene bepalingen van de Braziliaanse wetgeving, indien zij aldaar tijdelijk van belasting zijn vrijgesteld door bijzondere wettelijke bepalingen ter bevordering van de investeringen die nodig zijn voor de ontwikkeling van de Braziliaanse economie. De bevoegde autoriteiten van de overeenkomstsluitende Staten bepalen in onderling overleg de inkomsten die van deze bepaling kunnen genieten.

3° a) Indien een vennootschap die verblijfhouder is van België, aandelen of delen in eigendom van een vennootschap op aandelen die verblijfhouder is van Brazilië en aldaar aan de belasting op het inkomen van vennootschappen is onderworpen, worden de dividenden die haar door deze laatste vennootschap worden toegerekend in Brazilië overeenkomstig artikel 10, paragraaf 2 belastbaar zijn, in België van de vennootschapsbelasting vrijgesteld voor zover vrijstelling zou worden verleend indien beide vennootschappen verblijfhouder van België waren geweest; deze bepaling belet niet dat van die dividenden roerende voorheffing wordt geheven overeenkomstig de Belgische wetgeving.

b) Indien een vennootschap die verblijfhouder is van België, gedurende het gehele boekjaar van een vennootschap op aandelen die verblijfhouder is van Brazilië en aldaar aan de belasting op het inkomen van vennootschappen is onderworpen, aandelen of delen van deze laatste vennootschap in uitsluitende eigendom heeft bezeten, wordt zij eveneens vrijgesteld van de roerende voorheffing welke volgens de Belgische wetgeving op de dividenden van die aandelen of delen is verschuldigd, op voorwaarde dat zij zulks schriftelijk aanvraagt ten laatste binnen de termijn waarin haar jaarlijkse aangifte moet worden ingediend; bij de wederuitkering van die aldus vrijgestelde dividenden aan haar eigen aandeelhouders mogen die dividenden niet in mindering worden gebracht van de aan de roerende voorheffing te onderwerpen uitgekeerde dividenden. Deze bepaling is niet van toepassing als de eerste vennootschap de aanslag van haar winsten in de personenbelasting heeft gekozen.

Ingeval de bepalingen van de Belgische wetgeving betreffende de vrijstelling van vennootschapsbelasting tot het nettobedrag van de dividenden die een vennootschap die verblijfhouder is van België, zodanig wordt gewijzigd dat de vrijstelling wordt beperkt tot dividenden van deelnemingen van een bepaalde omvang in het kapitaal van de tweede vennootschap, zal de bepaling van vorig lid slechts van toepassing zijn op door vennootschappen die verblijfhouder zijn van Brazilië, toegekende dividenden, voor zover deze verband houden met deelnemingen van dezelfde omvang in het kapitaal van die vennootschappen.

In dat geval zal dubbele belasting van dividenden dus geen betrekking hebben op zulke deelnemingen, worden vermeden zoals aangeduid in 2°.

4° Inkomsten die in Brazilië volgens de artikelen 13, paragraaf 3, of 22 werden belast en begrepen zijn in de inkomsten die aan de Belgische belasting onderhevig zijn, worden aan die belasting onderworpen op de wijze als bepaald door de Belgische belastingwetgeving met betrekking tot in het buitenland verwezenlijkte en belaste bedrijfsinkomsten.

5° Indien volgens de Belgische wetgeving verliezen, welke een onderneming van België in een Brazilië gelegen vaste inrichting heeft geleden, voor de belastingheffing van die onderneming in België werkelijk in mindering van de winsten

werden gebracht, is de vrijstelling volgens 1° in België niet van toepassing op de winsten van andere belastbare tijdperken die aan die inrichting kunnen worden toegerekend, in de mate dat die winsten ook in Brazilië van belasting werden vrijgesteld wegens hun compensatie met die verliezen.

Artikel 24. NON-DISCRIMINATIE

1. Onderdanen van een overeenkomstsluitende Staat worden in de andere overeenkomstsluitende Staat niet onderworpen aan enige belastingheffing of daarmee verband houdende verplichting, die anders of drukkender is dan de belastingheffing en daarmee verband houdende verplichtingen, waaraan onderdanen van die Staat onder gelijke omstandigheden zijn of kunnen worden onderworpen.

2. De uitdrukking „onderdanen“ betekent:

1° alle antuurlijke personen die de nationaliteit van een overeenkomstsluitende Staat bezitten;

2° alle rechtspersonen, personenvennootschappen en verenigingen opgericht overeenkomstig de wetgeving die van kracht is in een overeenkomstsluitende Staat.

3. De belastingheffing van een vaste inrichting die een onderneming van een overeenkomstsluitende Staat in de andere overeenkomstsluitende Staat heeft, is in die andere Staat niet ongunstiger dan de belastingheffing van ondernemingen van die andere Staat die dezelfde werkzaamheden uitoefenen.

Deze bepaling mag niet aldus uitgelegd dat een overeenkomstsluitende Staat verplicht zou zijn aan verblijfhouders van de andere overeenkomstsluitende Staat de persoonlijke aftrekken, tegemoetkomingen en belastingverminderingen uit hoofde van gezinstoestand of lasten te verlenen, die hij aan zijn eigen verblijfhouders verleent.

4. Behoudens het geval van toepassing van de artikelen 9 en 11, paragraaf 8, wordt interest die door een onderneming van een overeenkomstsluitende Staat aan een verblijfhouder van de andere overeenkomstsluitende Staat wordt betaald, voor de vaststelling van de belastbare winsten van die onderneming in mindering gebracht op dezelfde voorwaarden, alsof hij aan een verblijfhouder van de eerstbedoelde Staat zou zijn betaald.

5. Ondernemingen van een overeenkomstsluitende Staat waarvan het kapitaal geheel of ten dele onmiddellijk of middellijk in het bezit is van, of wordt beheerst door één of meer verblijfhouders van de andere overeenkomstsluitende Staat, worden in de eerstbedoelde Staat niet onderworpen aan enige belastingheffing of daarmee verband houdende verplichting die anders of drukkender is dan de belastingheffing en daarmee verband houdende verplichtingen, waaraan andere, soortgelijke ondernemingen van die eerstbedoelde Staat zijn of kunnen worden onderworpen.

6. In dit artikel betekent de uitdrukking „belastingheffing“ belastingen van elke soort en benaming.

Artikel 25. REGELING VOOR ONDERLING OVERLEG

1. Indien een verblijfhouder van een overeenkomstsluitende Staat van oordeel is dat de maatregelen van een overeenkomstsluitende Staat of van beide Staten voor hem leiden of zullen leiden tot een belastingheffing die niet in overeenstemming is met deze Overeenkomst, kan hij, onverminderd de rechtsmiddelen waarin de nationale wetgeving van die Staten voorziet, schriftelijk een met redenen omkleed verzoek om herziening van de belastingheffing richten aan de bevoegde autoriteit van de overeenkomstsluitende Staat waarvan hij verblijfhouder is. Om ontvankelijk te zijn moet dat verzoek worden ingediend binnen een termijn van twee jaren vanaf de betekening of de inning bij de bron van de belastingheffing die niet in overeenstemming met de Overeenkomst is of, indien er een dubbele belastingheffing is, van de tweede belastingheffing.

2. De in paragraaf 1 bedoelde bevoegde autoriteit tracht, indien het bezwaar haar gegrond voorkomt en indien zij niet zelf in staat is tot een bevredigende oplossing te komen, de aangelegenheid in onderlinge overeenstemming met de bevoegde autoriteit van de andere overeenkomstsluitende Staat te regelen, ten einde een belastingheffing die niet in overeenstemming is met de Overeenkomst te vermijden.

3. De bevoegde autoriteiten van de overeenkomstsluitende Staten trachten moeilijkheden of twijfelpunten die mochten rijzen met betrekking tot de toepassing van de overeenkomst, in onderlinge overeenstemming op te lossen.

4. De bevoegde autoriteiten van de overeenkomstsluitende Staten kunnen zich rechtstreeks met elkander in verbinding stellen om tot een akkoord te komen waarvan spraken is in de voorgaande paragrafen. Indien het voorkomt dat besprekingen het tot stand komen van dit akkoord zouden vergemakkelijken, kunnen die besprekingen worden gehouden in de schoot van een commissie die bestaat uit vertegenwoordigers van de bevoegde autoriteiten van de overeenkomstsluitende Staten.

5. De bevoegde autoriteiten van de overeenkomstsluitende Staten plegen overleg omtrent de administratieve maatregelen die voor de uitvoering van de bepalingen van de Overeenkomst nodig zijn en met namen omtrent de bewijzen die de verblijfhouders van elke Staat moeten voorleggen om in de andere Staat de bij deze Overeenkomst vastgestelde belastingvrijstellingen of verminderingen te genieten.

Artikel 26. UITWISSELING VAN INLICHTINGEN

1. De bevoegde autoriteiten van de overeenkomstsluitende Staten wisselen de inlichtingen uit die nodig zijn om uitvoering te geven aan de bepalingen van deze Overeenkomst en aan die van de nationale wetten van de overeenkomstsluitende Staten met betrekking tot de belastingen waarop deze Overeenkomst van toepassing is, voor zover de belastingheffing waarin deze voorzien in overeenstemming is met de Overeenkomst. Elke aldus bekomen inlichting moet geheim worden gehouden en mag slechts worden medegedeeld aan personen of autoriteiten die belast zijn met de vestiging of de invordering van de in deze Overeenkomst bedoelde belastingen.

2. In geen geval mogen de bepalingen van paragraaf 1 aldus worden uitgelegd, dat zij een van de overeenkomstsluitende Staten de verplichting opleggen:

- a) administratieve maatregelen te nemen welke afwijken van zijn eigen wetgeving of van zijn administratieve praktijk of van die van de andere overeenkomstsluitende Staat;
- b) bijzonderheden te verstrekken die niet verkrijgbaar zouden zijn volgens zijn eigen wetgeving of binnen het raam van zijn normale administratieve praktijk of die van de andere overeenkomstsluitende Staat;
- c) inlichtingen te verstrekken, die een handels, bedrijfs, nijverheids of beroepsgeheim of een handelswerkwijze zouden onthullen, dan wel inlichtingen waarvan het verstrekken in strijd zou zijn met de openbare orde.

Artikel 27. VARIA

1. Onverminderd de toepassing van artikel 25, paragraaf 2, 3°, b, beperken de bepalingen van deze Overeenkomst op generlei wijze de tegemoetkomingen die de wetgeving van een overeenkomstsluitende Staat toekent inzake de in artikel 2 bedoelde belastingen.

2. Generlei bepaling van deze Overeenkomst kan dusdanig uitwerking hebben dat de belastingheffing beperkt wordt van een vennootschap die, verblijfhouder is van België, in geval van inkoop van eigen aandelen of delen of naar aanleiding van de verdeling van haar maatschappelijk vermogen.

3. De bepalingen van deze Overeenkomst tasten in geen enkel opzicht de fiscale voorrechten aan die leden van diplomatieke zendingen of consulaire posten ontleen aan de algemene regelen van het volkenrecht of aan de bepalingen van bijzondere akkoorden.

4. Voor de toepassing van deze Overeenkomst worden de leden van een diplomatieke zending of een consulaire post van een overeenkomstsluitende Staat die in de andere overeenkomstsluitende Staat of in een derde Staat geaccrediteerd zijn en die de nationaliteit van de zendstaat bezitten, geacht verblijfhouder van die Staat te zijn indien zij aldaar, op het stuk van belastingen naar het inkomen, aan dezelfde verplichtingen onderworpen zijn als de verblijfhouders van die Staat.

5. De Overeenkomst is niet van toepassing op internationale organisaties, hun organen en ambtenaren, noch op personen die als leden van diplomatieke of consulaire zendingen van derde Staten in een overeenkomstsluitende Staat aanwezig zijn en op het stuk van belastingen naar het inkomen in de ene of in de andere overeenkomstsluitende Staat niet als verblijfhouders worden behandeld.

6. De Ministers van Financiën van de overeenkomstsluitende Staten of hun vertegenwoordigers stellen zich rechtstreeks met elkander in verbinding voor de toepassing van deze Overeenkomst.

Artikel 28. INWERKINGTREDING

1. Deze Overeenkomst zal worden bekrachtigd en de bekrachtigingsoorkonden zullen zo spoedig mogelijk te Brussel worden uitgewisseld.

2. Deze Overeenkomst zal in werking treden op de dertigste dag die volgt op de uitwisseling van de bekrachtigingsoorkonden en de bepalingen ervan zullen voor de eerste maal toepassing vinden:

- a) op de bij de bron geheven belastingen ten aanzien waarvan het tot belasting aanleiding gevende feit zich voordoet vanaf de eerste januari van het jaar dat onmiddellijk volgt op de uitwisseling van de bekrachtigingsoorkonden;
- b) op de andere belastingen geheven naar inkomsten van belastbare tijdperken die vóór 31 december van dat jaar eindigen.

Artikel 29. OPZEGGING

Deze Overeenkomst zal voor onbepaalde tijd in werking blijven. Elke Staat kan haar evenwel door middel van een schriftelijke vooropzeg van zes maanden en langs diplomatieke weg opzeggen voor het einde van enig kalenderjaar, vanaf het derde jaar te rekenen van de datum van haar inwerkingtreding.

In dat geval zal de Overeenkomst voor de laatste maal van toepassing zijn:

- a) op de bij de bron geheven belastingen ten aanzien waarvan het tot belasting aanleiding gevende feit zich voordoet vóór het verstijken van het kalenderjaar waarin de opzegging is gedaan;
- b) op de andere belastingen geheven naar inkomsten van belastbare tijdperken die vóór 31 december van dat jaar eindigen.

TEN BLIJKE WAARVAN de Gevolmachtigden van beide Staten deze Overeenkomst hebben ondertekend en daaraan hun zegel hebben gehecht.

GEDAAN te Brasília op 23 juni 1972, in tweevoud, in de Nederlandse, de Franse en de Portugese taal, zijnde dedrie teksten gelijkelijk authentiek.

Voor de Federatieve Republiek
Brazilië:

[Signed — Signé]¹

Voor het Koninkrijk
België:

[Signed — Signé]²

SLOTPROTOCOL

Bij de ondertekening van de Overeenkomst tot het vermijden van dubbele belasting en tot regeling van sommige andere aangelegenheden inzake belastingen naar het inkomen, heden tussen het Koninkrijk België en de Federatieve Republiek Brazilië gesloten, zijn de ondergetekende Gevolmachtigden overeengekomen, dat de volgende bepalingen een integreerend deel van die Overeenkomst zullen uitmaken.

1. Ad artikel 10, paragrafen 2 en 5

Onverminderd de toepassing van artikel 10, paragrafen 2 en 5, mag, indien een vennootschap die verblijfhouder is van een overeenkomstsluitende Staat, winsten of inkomsten uit de andere overeenkomstsluitende Staat verkrijgt, die andere Staat geen belastingheffen van de dividenden door die vennootschap betaald aan personen die geen verblijfhouder van die andere Staat zijn, noch de niet-uitgedeelde winsten van de vennootschap onderwerpen aan een belasting op niet-uitgedeelde winsten, zelfs indien de betaalden dividende of de niet-uitgedeelde winsten geheel of gedeeltelijk bestaan uit winsten of inkomsten die uit de andere Staat afkomstig zijn.

¹ Signed by Mario Gibson Barboza — Signé par Mario Gibson Barboza.

² Signed by Paternotte de La Vaillée — Signé par Paternotte de La Vaillée.

2. *Ad artikel 13, paragraaf 3, en artikel 14, paragraaf 1*

Ingeval Brazilië na de ondertekening van deze Overeenkomst met een niet in Latijns-Amerika gelegen derde Staat een overeenkomst zou sluiten die — voor de in artikel 13, paragraaf 3 en 14, paragraaf 1, bedoelde inkomsten — het recht van belastingheffing beperkt van de andere overeenkomstsluitende Staat dan die waarvan de genietter van de inkomsten een verblijfhouder is, zal een soortgelijke beperking automatisch worden toegepast in de verhoudingen tussen Brazilië en België.

3. *Ad artikel 24, paragraaf 4*

Ingeval Brazilië na de ondertekening van de Overeenkomst zou aanvaarden dat royalty's betaald door een vennootschap die verblijfhouder is van Brazilië aan een vennootschap die verblijfhouder is van een niet in Latijns-Amerika gelegen derde Staat en een deelneming van ten minste 50 t.h. van het kapitaal van de gezegde vennootschap die verblijfhouder is van Brazilië heeft, afgetrokken worden bij het bepalen van de in Brazilië belastbare winst van deze vennootschap, zou een soortgelijke aftrek automatisch worden toegepast in de verhoudingen tussen een vennootschap die verblijfhouder is van Brazilië en een vennootschap die verblijfhouder is van België en zich in dezelfde toestand bevindt.

4. *Ad artikel 24*

Deze bepaling belet België niet:

- a) de verblijfhouder van Brazilië die in België over een woning beschikt te belasten op een minimuminkomen dat gelijk is aan tweemaal het kadastraal inkomen van die woning;
- b) de winsten die kunnen worden toegerekend aan de vaste inrichting waarover een vennootschap die verblijfhouder is van Brazilië of een vereniging van personen die haar plaats van werkelijke leiding in die Staat heeft, in België beschikt, gezamenlijk aan de belasting te onderwerpen tegen het tarief dat door de Belgische wetgeving is bepaald, op voorwaarde dat dit tarief in hoofdsom niet hoger is dan het hoogste tarief dat van toepassing is op het geheel of op enig deel van de winsten van vennootschappen die verblijfhouder zijn van België.

[Signed — Signé]¹

[Signed — Signé]²

¹ Signed by Mario Gibson Barboza — Signé par Mario Gibson Barboza.

² Signed by Paternotte de La Vaillée — Signé par Paternotte de La Vaillée.

[TRANSLATION — TRADUCTION]

CONVENTION¹ BETWEEN THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL AND THE KINGDOM OF BELGIUM FOR THE AVOIDANCE OF DOUBLE TAXATION AND THE REGULATION OF CERTAIN OTHER MATTERS WITH RESPECT TO TAXES ON INCOME

The President of the Federative Republic of Brazil and His Majesty the King of the Belgians,

Desiring to avoid double taxation and to regulate certain other matters with respect to taxes on income, have decided to conclude a convention and for that purpose have appointed as their plenipotentiaries:

The President of the Federative Republic of Brazil:

Mr. Mario Gibson Barboza, Minister of State for Foreign Affairs;

His Majesty the King of the Belgians:

Baron Paternotte de La Vaillée, Ambassador of Belgium to Brazil,

Who, having exchanged their full powers, found in good and due form, have agreed on the following provisions:

Article 1. PERSONAL SCOPE

This Convention shall apply to persons who are residents of one or both of the Contracting States.

Article 2. TAXES COVERED

1. The existing taxes to which the Convention shall apply are:

(a) In the case of Belgium:

The tax on individuals (*l'impôt des personnes physiques*);

The company tax (*l'impôt des sociétés*);

The tax on legal persons (*l'impôt des personnes morales*);

The non-residents' tax (*l'impôt des non-résidents*),

including taxes collected in advance (*précomptes*) and supplements to taxes collected in advance (*compléments de précomptes*), surcharges (*décimes et centimes additionnels*) on the aforementioned taxes and advance collections, and the additional communal tax (*taxe communale additionnelle*) to the tax on individuals (hereinafter referred to as "Belgian tax");

¹ Came into force on 13 July 1973, i.e. the thirtieth day following the exchange of the instruments of ratification, which took place at Brussels on 13 June 1973, in accordance with article 28.

(b) In the case of Brazil:

Federal tax on income and gains of whatever nature, with the exception of excess remittance taxes and taxes on activities of minor importance (hereinafter referred to as "Brazilian tax").

2. The Convention shall also apply to any identical or substantially similar taxes which are subsequently imposed in addition to, or in place of, the existing taxes.

Article 3. GENERAL DEFINITIONS

1. In this Convention:

(a) The term "Brazil", when used in a geographical sense, means the Federative Republic of Brazil;

(b) The term "Belgium", when used in a geographical sense, means the territory of the Kingdom of Belgium; it includes any territory outside Belgian national sovereignty which, by Belgian legislation concerning the continental shelf and in accordance with international law, has been or may hereafter be designated as territory over which the rights of Belgium with respect to the seabed and subsoil and their natural resources may be exercised;

(c) The terms "a Contracting State" and "the other Contracting State" mean Brazil or Belgium, as the context requires;

(d) The term "person" comprises an individual, a company and any other body of persons;

(e) The term "company" means any body corporate or any entity which is treated as a body corporate for tax purposes;

(f) The terms "enterprise of a Contracting State" and "enterprise of the other Contracting State" mean respectively an enterprise carried on by a resident of a Contracting State and an enterprise carried on by a resident of the other Contracting State.

(g) The term "competent authority" means:

(1) In Brazil: the Minister of Finance, the Secretary of Federal Revenue or their authorized representatives;

(2) In Belgium: the authority which is competent under Belgian law.

2. As regards the application of the Convention by a Contracting State any term not otherwise defined shall, unless the context otherwise requires, have the meaning which it has under the laws of that Contracting State relating to the taxes which are the subject of the Convention.

Article 4. FISCAL DOMICILE

1. For the purposes of this Convention, the term "resident of a Contracting State" means any person who, under the law of that State, is liable to taxation therein by reason of his domicile, residence, place of management or any other criterion of a similar nature; it also means any company or partnership under Belgian law—other than a company or partnership limited by shares (*so-*

ciété par actions)—which has elected to have its profits subjected to the tax on individuals.

2. Where by reason of the provisions of paragraph 1, an individual is a resident of both Contracting States, then this case shall be determined in accordance with the following rules:

- (a) He shall be deemed to be a resident of the Contracting State in which he has a permanent home available to him. If he has a permanent home available to him in both Contracting States, he shall be deemed to be a resident of the Contracting State with which his personal and economic relations are closest (centre of vital interests);
- (b) If the Contracting State in which he has his centre of vital interests cannot be determined, or if he has not a permanent home available to him in either Contracting State, he shall be deemed to be a resident of the Contracting State in which he has a habitual abode;
- (c) If he has a habitual abode in both Contracting States or in neither of them, he shall be deemed to be a resident of the Contracting State of which he is a national;
- (d) If he is a national of both Contracting States or of neither of them, the competent authorities of the Contracting States shall settle the question by mutual agreement.

3. Where, by reason of the provisions of paragraph 1, a person other than an individual is a resident of both Contracting States, then it shall be deemed to be a resident of the Contracting State in which its place of effective management is situated.

Article 5. PERMANENT ESTABLISHMENT

1. For the purposes of this Convention, the term “permanent establishment” means a fixed place of business in which the business of the enterprise is wholly or partly carried on.

2. The term “permanent establishment” shall include especially:

- (a) A place of management;
- (b) A branch;
- (c) An office;
- (d) A factory;
- (e) A workshop;
- (f) A mine, quarry or other place of extraction of natural resources;
- (g) A building site or construction or assembly project which exists for more than six months;

3. The term “permanent establishment” shall not be deemed to include:

- (a) The use of facilities solely for the purpose of storage, display or delivery of goods or merchandise belonging to the enterprise;
- (b) The maintenance of a stock of goods or merchandise belonging to the enterprise solely for the purpose of storage, display or delivery;

- (c) The maintenance of a stock of goods or merchandise belonging to the enterprise solely for the purpose of processing by another enterprise;
- (d) The maintenance of a fixed place of business solely for the purpose of purchasing goods or merchandise, or for collecting information, for the enterprise;
- (e) The maintenance of a fixed place of business solely for the purpose of advertising, for the supply of information, for scientific research or for similar activities which have a preparatory or auxiliary character, for the enterprise.

4. A person acting in a Contracting State on behalf of an enterprise of the other Contracting State—other than an agent of an independent status to whom paragraph 5 applies—shall be deemed to have a permanent establishment in the first-mentioned State if he has, and habitually exercises in that State, an authority to conclude contracts in the name of the enterprise, unless his activities are limited to the purchase of goods or merchandise for the enterprise.

However, an insurance enterprise of a Contracting State shall be deemed to have a permanent establishment in the other Contracting State if, through a representative not being a person to whom paragraph 5 applies, it collects premiums in the territory of the last-mentioned State or insures risks situated therein.

5. An enterprise of a Contracting State shall not be deemed to have a permanent establishment in the other Contracting State merely because it carries on business in that other State through a broker, general commission agent or any other agent of an independent status, where such persons are acting in the ordinary course of their business.

6. The fact that a company which is a resident of a Contracting State controls or is controlled by a company which is a resident of the other Contracting State, or which carries on business in that other State (whether through a permanent establishment or otherwise) shall not of itself constitute either company a permanent establishment of the other.

Article 6. INCOME FROM IMMOVABLE PROPERTY

1. Income from immovable property may be taxed in the Contracting State in which such property is situated.

2. (a) The term “immovable property” shall be defined in accordance with the law of the Contracting State in which the property in question is situated;

(b) The said term shall in any case include property accessory to immovable property, livestock and equipment used in agriculture and forestry, rights to which the provisions of general law respecting landed property apply, usufruct of immovable property and rights to variable or fixed payments as consideration for the working of, or the right to work, mineral deposits, sources and other natural resources; ships, boats and aircraft shall not be regarded as immovable property.

3. The provisions of paragraph 1 shall apply to income derived from the direct use, letting, or use in any other form of immovable property.

4. The provisions of paragraphs 1 and 3 shall also apply to the income from immovable property of an enterprise and to income from immovable property used for the performance of professional services.

Article 7. BUSINESS PROFITS

1. The profits of an enterprise of a Contracting State shall be taxable only in that State unless the enterprise carries on business in the other Contracting State through a permanent establishment situated therein. If the enterprise carries on business as aforesaid, the profits of the enterprise may be taxed in the other State but only so much of them as is attributable to that permanent establishment.

2. Where an enterprise of a Contracting State carries on business in the other Contracting State through a permanent establishment situated therein, there shall in each Contracting State be attributed to that permanent establishment the profits which it might be expected to make if it were a distinct and separate enterprise engaged in the same or similar activities under the same or similar conditions and dealing wholly independently with the enterprise of which it is a permanent establishment.

3. In the determination of the profits of a permanent establishment, there shall be allowed as deductions expenses which are incurred for the purposes of the permanent establishment including executive and general administrative expenses so incurred.

4. No profits shall be attributed to a permanent establishment by reason of the mere purchase by that permanent establishment of goods or merchandise for the enterprise.

5. Where profits include items of income which are dealt with separately in other articles of this Convention, then the provisions of those articles shall not be affected by the provisions of this article.

Article 8. SHIPPING AND AIR TRANSPORT

1. Profits from the operation of ships or aircraft in international traffic shall be taxable only in the Contracting State in which the place of effective management of the enterprise is situated.

2. If the place of effective management of a shipping enterprise is aboard a ship, then it shall be deemed to be situated in the Contracting State in which the home harbour of the ship is situated, or, if there is no such home harbour, in the Contracting State of which the operator of the ship is a resident.

Article 9. ASSOCIATED ENTERPRISES

Where:

(a) An enterprise of a Contracting State participates directly or indirectly in the management, control or capital of an enterprise of the other Contracting State, or

(b) The same persons participate directly or indirectly in the management, control or capital of an enterprise of a Contracting State and an enterprise of the other Contracting State,

and in either case conditions are made or imposed between the two enterprises in their commercial or financial relations which differ from those which would be made between independent enterprises, then any profits which would, but for those conditions, have accrued to one of the enterprises, but, by reason of those conditions, have not so accrued, may be included in the profits of that enterprise and taxed accordingly.

Article 10. DIVIDENDS

1. Dividends paid by a company which is a resident of a Contracting State to a resident of the other Contracting State may be taxed in that other State.

2. However, the dividends may be taxed in the Contracting State of which the company paying the dividends is a resident, and according to the law of that State, but the tax so charged shall not exceed 15 per cent of the gross amount of the dividends.

The provisions of this paragraph shall not limit the taxation of the company in respect of the profits out of which the dividends are paid.

3. The term "dividends" as used in this article means income from shares, *jouissance* shares or *jouissance* rights, mining shares, founder's shares or other rights, not being debt-claims, participating in profits, as well as income from other corporate rights assimilated to income from shares by the taxation law of the State of which the company making the distribution is a resident. The said term also includes income—even if paid in the form of interest—which is taxable as income from capital invested by partners in partnerships—other than partnerships limited by shares—which are residents of Belgium.

4. The provisions of paragraphs 1 and 2 shall not apply if the recipient of the dividends, being a resident of a Contracting State, has in the other Contracting State, of which the company paying the dividends is a resident, a permanent establishment with which the holding by virtue of which the dividends are paid is effectively connected. In such a case, the provisions of article 7 shall apply.

5. Where a company which is a resident of Belgium has a permanent establishment in Brazil, the permanent establishment may be subjected in Brazil to a withholding tax in accordance with Brazilian law, but such tax shall not exceed 15 per cent of the amount of the profits of the permanent establishment, as determined after payment of the company tax on those profits.

6. The limitations on the rate of tax provided for in paragraphs 2 and 5 shall not apply to dividends and profits paid or transferred before 1 January 1976.

Article 11. INTEREST

1. Interest arising in a Contracting State and paid to a resident of the other Contracting State may be taxed in that other State.

2. However, such interest may be taxed in the Contracting State in which it arises, and according to the law of that State, but the tax so charged shall not exceed 15 per cent of the gross amount of the interest.

3. Notwithstanding the provisions of paragraph 2:

- (a) Interest on loans and credits granted by the Government of a Contracting State shall not be taxed in the State in which it arises;
- (b) The rate of tax shall not exceed 10 per cent in the case of interest on loans and credits granted, for a minimum term of seven years, by banking establishments with the participation of a specialized public financing agency in connexion with the sale of capital goods or the design, installation or supply of industrial or scientific complexes and public works.

4. The term "interest" as used in this article means income from government securities, bonds or debentures, whether or not secured by mortgage and whether or not carrying a right to participate in profits, and debt-claims of every kind as well as all other income assimilated to income from money lent by the taxation law of the State in which the income arises.

The said term does not include interest assimilated to dividends by article 10, paragraph 3, second sentence, of this Convention.

5. The provisions of paragraphs 1 and 2 shall not apply if the recipient of the interest, being a resident of a Contracting State, has in the other Contracting State in which the interest arises a permanent establishment with which the debt-claim from which the interest arises is effectively connected. In such a case, the provisions of article 7 shall apply.

6. The limitation provided for in paragraphs 2 and 3 shall not apply to interest arising in a Contracting State and paid to a permanent establishment of an enterprise of the other Contracting State situated in a third State.

7. Interest shall be deemed to arise in a Contracting State when the payer is that State itself, a political subdivision, a local authority or a resident of that State. Where, however, the person paying the interest, whether he is a resident of a Contracting State or not, has in a Contracting State a permanent establishment in connexion with which the indebtedness on which the interest is paid was incurred, and such interest is borne by such permanent establishment, then such interest shall be deemed to arise in the Contracting State in which the permanent establishment is situated.

8. Where, owing to a special relationship between the payer and the recipient or between both of them and some other person, the amount of the interest paid, having regard to the debt-claim for which it is paid, exceeds the amount which would have been agreed upon by the payer and the recipient in the absence of such relationship, the provisions of this article shall apply only to the last-mentioned amount. In that case, the excess part of the payments shall remain taxable according to the law of each Contracting State, due regard being had to the other provisions of this Convention.

Article 12. ROYALTIES

1. Royalties arising in a Contracting State and paid to a resident of the other Contracting State may be taxed in that other State.

2. However, such royalties may be taxed in the Contracting State in which they arise, and according to the law of that State, but the tax so charged shall not exceed:

- (a) 10 per cent of the gross amount of royalties paid either for the use of, or the right to use, any copyright of literary, artistic or scientific work or for the use of, or the right to use, cinematograph films or television or radio films or tapes produced by a resident of one of the Contracting States;
- (b) 25 per cent of the gross amount of royalties paid for the use of a trade mark;
- (c) 15 per cent in other cases.

3. The term "royalties" as used in this article means payments of any kind received as a consideration for the use of, or the right to use, any copyright of literary, artistic or scientific work, including cinematograph films and television or radio films or tapes, any patent, trade mark, design or model, plan, secret formula or process, or for the use of, or the right to use, industrial, commercial or scientific equipment, or for information concerning industrial, commercial or scientific experience.

4. The provisions of paragraphs 1 and 2 shall not apply if the recipient of the royalties, being a resident of a Contracting State, has in the other Contracting State in which the royalties arise a permanent establishment with which the right or property giving rise to the royalties is effectively connected. In such a case, the provisions of article 7 shall apply.

5. Royalties shall be deemed to arise in a Contracting State when the payer is that State itself, a political subdivision, a local authority or a resident of that State. Where, however, the person paying the royalties, whether he is a resident of a Contracting State or not, has in a Contracting State a permanent establishment in connexion with which he incurred the obligation to pay the royalties, and such royalties are borne by such permanent establishment, then such royalties shall be deemed to arise in the State in which the permanent establishment is situated.

6. Where, owing to a special relationship between the payer and the recipient or between both of them and some other person, the amount of the royalties paid, having regard to the use, right or information for which they are paid, exceeds the amount which would have been agreed upon by the payer and the recipient in the absence of such relationship, the provisions of this article shall apply only to the last-mentioned amount. In that case, the excess part of the payments shall remain taxable according to the law of each Contracting State, due regard being had to the other provisions of this Convention.

Article 13. CAPITAL GAINS

1. Gains from the alienation of immovable property, as defined in article 6, paragraph 2, may be taxed in the Contracting State in which such property is situated.

2. Gains from the alienation of movable property forming part of the business property of a permanent establishment which an enterprise of a Contracting State has in the other Contracting State or of movable property pertaining to a fixed base available to a resident of a Contracting State in the other Contracting

State for the purpose of performing professional services, including such gains from the alienation of such a permanent establishment (alone or together with the whole enterprise) or of such a fixed base, may be taxed in the other State. However, gains from the alienation of ships or aircraft operated in international traffic and movable property pertaining to the operation in such ships or aircraft shall be taxable only in the Contracting State in which the place of effective management of the enterprise is situated.

3. Gains from the alienation of any property or rights other than those mentioned in paragraphs 1 and 2 may be taxed in both Contracting States.

Article 14. INDEPENDENT PERSONAL SERVICES

1. Income derived by a resident of a Contracting State in respect of professional services or other independent activities of a similar character shall be taxable only in that State unless the remuneration in question is borne by a company which is a resident of the other State or by a permanent establishment situated in that other State. In that case, the income may be taxed in that other State.

2. The term "professional services" includes, especially, independent scientific, technical, literary, artistic, educational or teaching activities as well as the independent activities of physicians, lawyers, engineers, dentists and accountants.

Article 15. DEPENDENT PERSONAL SERVICES

1. Subject to the provisions of articles 16, 18, 19, 20 and 21, salaries, wages and other similar remuneration derived by a resident of a Contracting State in respect of an employment shall be taxable only in that State unless the employment is exercised in the other Contracting State. If the employment is so exercised, such remuneration as is derived therefrom may be taxed in that other State.

2. Notwithstanding the provisions of paragraph 1, remuneration derived by a resident of a Contracting State in respect of an employment exercised in the other Contracting State shall be taxable only in the first-mentioned State if:

- (a) The recipient is present in the other State for a period or periods not exceeding in the aggregate 183 days in the fiscal year concerned, and
- (b) The remuneration is paid by, or on behalf of, an employer who is not a resident of the other State, and
- (c) The remuneration is not borne by a permanent establishment or a fixed base which the employer has in the other State.

3. Notwithstanding the preceding provisions of this article, remuneration in respect of an employment exercised aboard a ship or aircraft in international traffic may be taxed in the Contracting State in which the place of effective management of the enterprise is situated.

Article 16. DIRECTORS' FEES

1. Directors' fees and similar payments derived by a resident of a Contracting State in his capacity as a member of the board of directors or similar organ of a company limited by shares which is a resident of the other Contracting State may be taxed in that other State. The same shall apply to remuneration derived by a general partner (*associé commandité*) in a partnership limited by shares (*société en commandite par actions*) which is a resident of Belgium.

2. However, normal remuneration derived by persons referred to in the preceding paragraph in any other capacity may be taxed in the manner provided for in article 14 or article 15, paragraph 1, as the case may be.

Article 17. ARTISTS AND ATHLETES

Notwithstanding the provisions of articles 14 and 15, income derived by public entertainers, such as theatre, motion picture, radio or television artists, and musicians, and by athletes, from their personal activities as such may be taxed in the Contracting State in which these activities are exercised.

Article 18. PENSIONS

1. Subject to the provisions of article 19, pensions, annuities and other similar remuneration paid to a resident of a Contracting State in consideration of past employment shall be taxable only in that State.

2. The term "annuities" as used in this article means a stated sum payable periodically at stated times during life or during a specified or ascertainable period of time under an obligation to make the payments in return for adequate and full consideration in money or money's worth.

3. The term "pensions" as used in this article means periodic payments after retirement in consideration of past employment or as compensation for injury sustained in the course of past employment.

Article 19. PUBLIC REMUNERATION AND PENSIONS

1. Remuneration, including pensions, paid by, or out of funds created by, a Contracting State or a political subdivision or a local authority thereof to any individual in respect of services to that State or subdivision or local authority thereof in the discharge of functions of a governmental nature shall be taxable only in that State.

This provision shall not apply if the recipient of such income is a national of the other Contracting State but is not at the same time a national of the first-mentioned State.

2. The provisions of articles 15, 16 and 18 shall apply to remuneration or pensions in respect of services rendered in connexion with any trade or business carried on by one of the Contracting States or a political subdivision or a local authority thereof.

Article 20. TEACHERS

An individual who is a resident of a Contracting State at the commencement of his visit to the other Contracting State and who, at the invitation of the Government of the other Contracting State, or of a university or other officially recognized educational or research establishment of that other State, is present in the last-mentioned State primarily for the purpose of teaching and/or engaging in research work shall be exempt from taxation in the last-mentioned State, for a period not exceeding two years from the date of his arrival in that State, in respect of the remuneration derived from his teaching or research activities.

Article 21. STUDENTS AND BUSINESS APPRENTICES

Payments which a student or business apprentice who is or was formerly a resident of a Contracting State and who is present in the other Contracting State solely for the purpose of his education or training receives for the purpose of his maintenance, education or training shall not be taxed in that other State, provided that such payments are made to him from sources outside that other State.

The same shall apply to any remuneration derived by such a student or business apprentice from an employment exercised in the Contracting State in which he is receiving his education or training, provided that the duration of such activity does not exceed three years and the annual amount of such remuneration does not exceed 100,000 Belgian francs or its equivalent in Brazilian currency.

Article 22. INCOME NOT EXPRESSLY MENTIONED

Items of income of a resident of a Contracting State which are not expressly mentioned in the foregoing articles of this Convention may be taxed in both States.

Article 23. GENERAL RULES OF TAXATION

1. In the case of Brazil, double taxation shall be avoided in the following manner:

Where a resident of Brazil derives income which, in accordance with the provisions of this Convention, may be taxed in Belgium, Brazil shall, in applying its tax, allow a tax credit equivalent to the tax paid in Belgium.

The tax credit shall not, however, exceed that part of the Brazilian tax which is appropriate to the proportion which such income bears to the total income taxable in Brazil.

2. In the case of Belgium, double taxation shall be avoided in the following manner:

I. Where a resident of Belgium derives income, not being income of the kinds referred to in subparagraphs II, III and IV below, which, in accordance with the provisions of the Convention, may be taxed in Brazil, Belgium shall exempt such income from tax but may, in calculating its taxes on the remaining

income of that person, apply the rate of tax which would have been applicable if the exempted income had not been so exempted.

II. (a) In the case of dividends—not being dividends of the kind referred to in subparagraph III below—which may be taxed in accordance with article 10, paragraph 2, in the case of interest which may be taxed in accordance with article 11, paragraph 2, 3 (b) or 8, and in the case of royalties which may be taxed in accordance with article 12, paragraph 2 or 6, Belgium shall allow as a deduction from the Belgian tax payable by the said person an amount equal to 20 per cent of the gross amount of income as aforementioned included in the basis of taxation in the name of that person.

(b) If Brazil were to reduce the normal tax burden applicable to income as aforementioned paid to non-residents to a rate of less than 14 per cent of the gross amount of such income, Belgium would reduce the rate of such deduction from 20 to 15 per cent; if Brazil were to eliminate the said tax burden, Belgium would limit the rate of such deduction to 5 per cent.

(c) Notwithstanding the provisions of its legislation, Belgium shall also allow the deduction of 20 per cent provided for in (a) above in respect of income as aforementioned which may be taxed in Brazil under the Convention and the general provisions of Brazilian law when such income is temporarily exempted from tax by special legal provisions designed to promote the investments which are necessary for the development of the Brazilian economy. The competent authorities of the Contracting States shall by mutual agreement determine the items of income which are to benefit from this provision.

III. (a) Where a company which is resident of Belgium owns stock or shares in a company limited by shares which is a resident of Brazil and which is liable in that State to the company tax, dividends paid by the last-mentioned company to the first-mentioned company which may be taxed in Brazil in accordance with article 10, paragraph 2, shall be exempt from the company tax in Belgium, to the extent that exemption would be granted if both companies were residents of Belgium; this provision shall not preclude the levying, in respect of such dividends, of the movable property tax collected in advance (*pré-compte mobilier*) payable under Belgian law.

(b) Where stock or shares in a company limited by shares which is a resident of Brazil and which is liable to the company tax in that State have been held throughout the said company's financial year by a company which is a resident of Belgium, as sole owner, the last-mentioned company shall also be exempted from the movable property tax collected in advance which is payable under Belgian law in respect of dividends on the said stock or shares, provided that it makes written application for such exemption within the prescribed time for the submission of its annual tax return; the dividends so exempted may not, when they are passed on to the shareholders of the last-mentioned company, be deducted from the distributed dividends which are subject to the movable property tax collected in advance. This provision shall not apply if the Belgian company has elected to have its profits subjected to the tax on individuals.

If the provisions of Belgian law exempting from the company tax the net amount of dividends which a company being a resident of Belgium receives from another company being a resident of Belgium are amended in such a way as to limit the exemption to dividends pertaining to holdings of a certain size in the capital of the last-mentioned company, then the foregoing provision shall apply

only to dividends paid by companies being residents of Brazil which pertain to holdings of the same size in the capital of the said companies.

In that case, double taxation of dividends not pertaining to such holdings shall be avoided as indicated in subparagraph II.

IV. Any income taxed in Brazil in accordance with article 13, paragraph 3, or article 22 which is included in the income liable to Belgian tax shall be subjected to such tax in the manner laid down by the Belgian taxation laws respecting earned income which is derived and taxed abroad.

V. Where, under Belgian law, losses sustained by a Belgian enterprise in a permanent establishment situated in Brazil have been effectively deducted from the profits of such enterprise for the purpose of its taxation in Belgium, the exemption provided for in subparagraph I shall not apply in Belgium to the profits for other taxable periods which are attributable to such establishment, to the extent that such profits have also been exempted from tax in Brazil by reason of their being offset by the said losses.

Article 24. NON-DISCRIMINATION

1. The nationals of a Contracting State shall not be subjected in the other Contracting State to any taxation or any requirement connected therewith which is other or more burdensome than the taxation and connected requirements to which nationals of that other State in the same circumstances are or may be subjected.

2. The term "nationals" means:

- (a) all individuals possessing the nationality of a Contracting State;
- (b) all legal persons, partnerships and associations deriving their status as such from the law in force in a Contracting State.

3. The taxation on a permanent establishment which an enterprise of a Contracting State has in the other Contracting State shall not be less favourably levied in that other State than the taxation levied on enterprises of that other State carrying on the same activities.

This provision shall not be construed as obliging a Contracting State to grant to residents of the other Contracting State any personal allowances, reliefs and reductions for taxation purposes on account of civil status or family responsibilities which it grants to its own residents.

4. Save where article 9 or article 11, paragraph 8, is applicable, interest paid by an enterprise of a Contracting State to a resident of the other Contracting State shall be deductible, for the purpose of determining the taxable profits of that enterprise, in the same way as if it had been paid to a resident of the first-mentioned State.

5. Enterprises of a Contracting State, the capital of which is wholly or partly owned or controlled, directly or indirectly, by one or more residents of the other Contracting State, shall not be subjected in the first-mentioned Contracting State to any taxation or any requirement connected therewith which is other or more burdensome than the taxation and connected requirements to which other similar enterprises of that first-mentioned State are or may be subjected.

6. In this article the term "taxation" means taxes of every kind and description.

Article 25. MUTUAL AGREEMENT PROCEDURE

1. Where a resident of a Contracting State considers that the actions of one or both of the Contracting States result or will result for him in taxation not in accordance with this Convention, he may, without prejudice to the remedies provided by the national laws of those States, make written application for a review of the said taxation, indicating his reasons, to the competent authority of the Contracting State of which he is a resident. In order to be admissible, such application must be submitted within two years from the date of notification or of deduction at the source of the taxation not in accordance with the Convention or, in case of double taxation, of the second taxation.

2. The competent authority referred to in paragraph 1 shall endeavour, if the objection appears to it to be justified and if it is not itself able to arrive at an appropriate solution, to resolve the case by mutual agreement with the competent authority of the other Contracting State, with a view to the avoidance of taxation not in accordance with the Convention.

3. The competent authorities of the Contracting States shall endeavour to resolve by mutual agreement any difficulties or doubts arising as to the application of the Convention.

4. The competent authorities of the Contracting States may communicate with each other directly for the purpose of reaching an agreement in the sense of the preceding paragraphs. When it seems advisable in order to reach agreement to have an oral exchange of opinions, such exchange may take place through a commission consisting of representatives of the competent authorities of the Contracting States.

5. The competent authorities of the Contracting States shall agree on the administrative measures required for the implementation of the provisions of the Convention, and in particular on the evidence to be produced by residents of each State in order to enjoy in the other State the tax exemption or reductions provided for in this Convention.

Article 26. EXCHANGE OF INFORMATION

1. The competent authorities of the Contracting States shall exchange such information as is necessary for the carrying out of this Convention and of the domestic laws of the Contracting States concerning taxes covered by this Convention in so far as the taxation thereunder is in accordance with this Convention. Any information so exchanged shall be treated as secret and shall not be disclosed to any persons or authorities other than those concerned with the assessment or collection of the taxes which are the subject of the Convention.

2. In no case shall the provisions of paragraph 1 be construed so as to impose on one of the Contracting States the obligation:

(a) to carry out administrative measures at variance with the laws or the administrative practice of that or of the other Contracting State;

- (b) to supply particulars which are not obtainable under the laws or in the normal course of the administration of that or of the other Contracting State;
- (c) to supply information which would disclose any trade, business, industrial, commercial or professional secret or trade process, or information the disclosure of which would be contrary to public policy (*ordre public*).

Article 27. MISCELLANEOUS PROVISIONS

1. Subject to the provisions of article 23, subparagraph III (b), nothing in this Convention shall limit any concessions granted by the legislation of a Contracting State in respect of taxes referred to in article 2.

2. Nothing in this Convention shall have the effect of limiting the taxation of a company which is a resident of Belgium in the event of redemption of its own stock or shares or division of its assets.

3. Nothing in this Convention shall affect the fiscal privileges of members of diplomatic missions and consulates under the general rules of international law or under the provisions of special agreements.

4. For the purposes of this Convention, persons who are members of a diplomatic mission or consulate of a Contracting State in the other Contracting State or in a third State and who are nationals of the sending State shall be deemed to be residents of the sending State if they are submitted therein to the same obligations in respect of taxes on income as are the residents of that State.

5. The Convention shall not apply to international organizations, to organs or officials thereof and to persons who are members of a diplomatic mission or consulate of a third State, being present in a Contracting State and not treated in either Contracting State as residents in respect of taxes on income.

6. The Ministers of Finance of the Contracting States or their representatives shall communicate with each other directly for the purposes of the application of this Convention.

Article 28. ENTRY INTO FORCE

1. This Convention shall be ratified and the instruments of ratification shall be exchanged at Brussels as soon as possible.

2. It shall enter into force on the thirtieth day following the exchange of instruments of ratification and its provisions shall apply for the first time:

- (a) to taxes payable by deduction at the source resulting from operations effected on or after the first day of January of the year immediately following the year in which the instruments of ratification are exchanged;
- (b) to other taxes levied on income for taxable periods ending on or after the thirty-first day of December of the year in which the instruments of ratification are exchanged.

Article 29. TERMINATION

This Convention shall remain in force indefinitely. However, either State may, by giving six months' notice in writing through diplomatic channels, de-

nounce it as at the end of any calendar year beginning with the third year from the date of its entry into force.

In such event, the Convention shall apply for the last time:

- (a) as regards taxes payable by deduction at the source, to taxes resulting from operations effected before the expiration of the calendar year in which the notice of denunciation is given;
- (b) as regards other taxes, to the taxation of income for taxable periods ending before the thirty-first day of December of the said year.

IN WITNESS WHEREOF the plenipotentiaries of the two States have signed this Convention and have thereto affixed their seals.

DONE at Brasília, on 23 June 1972, in duplicate in the Portuguese, French and Dutch languages, the three texts being equally authentic.

For the Federative Republic
of Brazil:

MARIO GIBSON BARBOZA

For the Kingdom
of Belgium:

PATERNOTTE DE LA VAILLÉE

FINAL PROTOCOL

On signing the Convention for the avoidance of double taxation and the regulation of certain other matters with respect to taxes on income, concluded this day between the Federative Republic of Brazil and the Kingdom of Belgium, the undersigned plenipotentiaries have agreed upon the following provisions, which form an integral part of this Convention.

1. *Ad article 10, paragraphs 2 and 5*

Subject to the provisions of article 10, paragraphs 2 and 5, where a company which is a resident of a Contracting State derives profits or income from the other Contracting State, that other State may not impose any tax on the dividends paid by the company to persons who are not residents of that other State, or subject the company's undistributed profits to a tax on undistributed profits, even if the dividends paid or the undistributed profits consist wholly or partly of profits or income arising in such other State.

2. *Ad article 13, paragraph 3, and article 14, paragraph 1*

If, subsequent to the signing of this Convention, Brazil were to conclude with a third State not situated in Latin America a convention limiting—as regards income of the kinds referred to in article 13, paragraph 3, and article 14, paragraph 1—the taxing power of the Contracting State other than the State of which the recipient of the income is a resident, an identical limitation would be automatically applied in relations between Brazil and Belgium.

3. *Ad article 24, paragraph 4*

If, subsequent to the signing of the Convention, Brazil were to agree that royalties paid by a company which is a resident of Brazil to a company which is a resident of a third State not situated in Latin America and which holds at least 50 per cent of the capital of the said company being a resident of Brazil shall be deducted for the purpose of determining the profits of that company taxable in Brazil, an identical deduction would be automatically applied in relations between a company being a resident of Brazil and a company being a resident of Belgium in the same circumstances.

4. *Ad article 24*

This provision shall not prevent Belgium from:

- (a) taxing a resident of Brazil who has a dwelling available to him in Belgium on a minimum amount of income equal to twice the cadastral income from that dwelling;
- (b) taxing in their entirety, at the rate prescribed by Belgian law, the profits attributable to the permanent establishment maintained in Belgium by a company which is a resident of Brazil or by a body of persons having its place of effective management in Brazil, provided that the principal rate applied does not exceed the maximum rate applicable to all or part of the profits of companies which are residents of Belgium.

DONE at Brasília, on 23 June 1972, in duplicate in the Portuguese, French and Dutch languages, the three texts being equally authentic.

For the Federative Republic
of Brazil:

MARIO GIBSON BARBOZA

For the Kingdom
of Belgium:

PATERNOTTE DE LA VAILLÉE